



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 37

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 29 de novembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Bárbara Chaves e pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos

No penúltimo dia de debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º](#)

[13/XI – “Plano Anual Regional para 2018 e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018”](#)”, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), Roberto Monteiro (*PS*), Miguel Costa (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Almeida (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Marco Costa (*PSD*), Jorge Jorge (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Mónica Rocha (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), João Paulo Ávila (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), Adjunto da

Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

Para intervenções finais usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), André Bradford (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Sr. Secretário da Mesa, faça favor.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos ontem os nossos trabalhos com a intervenção da Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

A Mesa já tem duas inscrições.

Dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, permita-me discordar de si, quando refere que há uma forte aposta no setor da energia, pois este setor parece, de facto, andar sujeito a um desnorte total.

Neste sector, que foi considerado pelo Governo como “...o sector que mais contribui para o desenvolvimento sustentável”, optou-se por desenhar uma Nova “Estratégia Açoriana de Energia para 2030”.

Estranhámos, portanto, a referência de que o Plano é composto por um “conjunto de projetos e ações, essenciais para alcançar os objetivos propostos para o quadriénio 2017-2020.”

Ora se o Governo nem estratégia desenhada tem, como poderá ter objetivos definidos?!? Esta é uma questão que coloco à senhora secretária e para a qual espero uma resposta **séria e concreta**.

Sobre esta Nova Estratégia, questionamos, ainda, quais os pressupostos que estão na base da sua elaboração e quais os vários objetivos que se propõem alcançar para 2020 e 2030, respetivamente?

Quanto à criação do “Programa Eficiência Mais”, que antes era apenas uma reformulação do Sistema de Incentivos ProEnergia, e que agora parece incluir desde o Sistema de Certificação Energética a todas as questões da moribunda eficiência energética, uma vez mais ficamos desiludidos, ...

Deputado Francisco César (PS): Está confirmado!

A Oradora: ... sobretudo com a incoerência do Programa, que no mesmo ano passou de uma coisa para uma outra coisa qualquer – deve estar ligado ao mundo virtual matrix de que falava o deputado Paulo Estevão.

Senhora Secretária, uma vez que em março não soube responder à questão básica de quais as alterações a efetuar ao atual Sistema de Incentivos ProEnergia, voltamos a colocar a mesma questão, esperando que, desta vez, esteja mais informada e apta a responder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto à mobilidade elétrica, escusado será dizer que aqui a desilusão é enorme.

Nove meses foi o tempo que mediou entre as afirmações da Senhora Secretária de que o Plano Estratégico para a Mobilidade Elétrica dos Açores realizado em 2013 era para ir para o lixo e as recentes declarações de que afinal vai ser “recauchutado”... Questionamos, a este respeito, a que se deveu a gestação desta mudança de abordagem?

Senhora Secretária, aproveitando a atenuação da amnésia Governativa em matéria de Energia, que levou ao reaproveitamento de estudos, projetos e estratégias existentes, questionamos, por fim, sobre o que pretende o Governo fazer com os estudos realizados no âmbito do Projeto Green Island Açores, que parecem continuar esquecidos?

Uma coisa é mais do que óbvia, não temos um Governo virado para resultados ou para a concretização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Na área de Energia as estratégias resumem-se, novamente, a desperdiçar ou a redesenhar o que existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esperamos, que haja coragem e humildade de redefinir estratégias, de não insistir em erros cometidos e de FAZER. É preciso fazer, fazer mais e fazer melhor...

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

A ilha de São Jorge tem um centro de processamento de resíduos que custou mais de 6 milhões de euros e que não está a dar a resposta adequada para os problemas de gestão dos resíduos naquela ilha.

Esta infraestrutura foi construída para ser eficiente e capaz de servir cabalmente os Jorgenses, em substituição dos dois aterros sanitários da ilha. Atualmente não passa de uma lixeira com paredes e cobertura.

Como a recolha seletiva ainda não foi implementada pelas autarquias o lixo é descarregado de forma indiferenciada e triado manualmente, à semelhança dos lixões que existem em países do 3º mundo. E numa ilha em que a pecuária é a fonte de riqueza da ilha, não foi pensada uma solução para as centenas de animais mortos, que antes eram depositados nos aterros, agora encerrados, bem como para os subprodutos de origem animal que sobram dos talhos e peixarias. Já foram orçamentados desde 2015 mais de 3 milhões de euros para a selagem dos Aterros em S. Jorge, mas até agora pouco ou nada foi feito. Somados aos 6 milhões gastos no centro de processamento de resíduos, temos um dispêndio de

9 milhões em matéria de gestão de resíduos na ilha. No entanto os lavradores, estão pior servidos.

Antes levavam as carcaças para o aterro, agora são obrigados a enterrar as ditas carcaças nas suas pastagens. Um animal que esteja doente e precise de ser abatido, é transportado ao matadouro para o abate e depois transportado de volta para ser enterrado na propriedade do agricultor – Foi esta a aposta do Governo. Aumentar os custos dos Lavradores? Dificultar-lhes a vida?

Qual foi o benefício que esta infraestrutura trouxe à ilha de S. Jorge e à sua população? Os únicos beneficiados neste processo tem sido os morganhos, ratos e ratazanas, que antes habituados a uma lixeira a céu aberto, sujeitos às intempéries, ao frio e à chuva, passaram a dispor de um teto e de uma infraestrutura, à laia de restaurante gourmet, que podem calcorrear de pés enxutos. Ofereceram-lhe um upgrade, passaram de sem abrigo, a hotel de 5 estrelas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes roedores deverão ser os únicos a estar gratos pelas políticas socialistas em matéria de prevenção e gestão de resíduos... certamente os jorgenses não estão.

O novo ciclo deste governo passa por transformar as floridas bermas das estradas de S. Jorge, em lixeiras, as pastagens verdejantes em cemitérios indiscriminados de animais mortos e as ribeiras de águas cristalinas em locais de putrefação de carcaças?

Afinal este novo ciclo é o regresso ao passado?

Com a selagem dos aterros e com a falta de capacidade de resposta do Centro de Processamento de Resíduos, este passa a ser o cenário que se vislumbra para os próximos tempos, em S. Jorge.

E a pergunta é: nesta verba orçamentada de 1 milhão cento e oitenta e dois mil euros para a selagem e requalificação das lixeiras está incluída alguma solução

imediate para as carcaças e para os subprodutos de origem animal? Se não está, qual vai ser a solução para este problema de saúde pública?

Em relação ao Turismo três rápidas questões:

Gostaria de perguntar à Sra. Secretária se já tem confirmação do acordo interline entre a Sata e a Delta, a Airlines, considerando que a venda de bilhetes entre Nova Iorque e Ponta Delgada já está a ser feita. Já agora se vai integrar o modelo de bilhética intermodal?

Em relação à formação profissional, se estará prevista a formação para ativos e para os novos funcionários e se essa formação foi partilhada pela Câmara de Comércio, uma conciliação com as necessidades mais prementes dos empresários do setor?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de plano de investimento para 2018, do Governo Regional dos Açores, agora em análise e discussão nesta Casa, apresenta um investimento de cerca de 3 milhões de euros, para o desenvolvimento das políticas da área da energia assente essencialmente em três projetos estruturantes: a Estratégia Açoriana de Energia 2030; a mobilidade elétrica e o Plano Regional para a Eficiência Energética.

O Governo dos Açores pretende continuar a reforçar a aposta na produção de energia a partir de fontes renováveis, ou recursos endógenos; o aumento da

eficiência energética, na redução das emissões de gás efeito estufa, no combate às alterações climáticas e na dependência externa dos combustíveis fósseis, visando o desenvolvimento e a exploração das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias.

A Estratégia Açoriana de Energia para 2030, define programas, ações, medidas que vão permitir o alcance dos objetivos ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Quais objetivos?

O Orador: ... e potenciar os Açores no contexto dos espaços insulares como um verdadeiro *living life* de soluções inovadoras, conferindo-lhe a classificação inovadora energeticamente sustentável.

Em 2018, também o plano de investimentos prevê a implementação da mobilidade elétrica com a instalação de postos de carregamento rápidos em locais de acesso público, a criação desta rede pública será realizada em todos os concelhos e cuja instalação está prevista a decorrer já a partir do próximo ano.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açores reúnem características ideais para a implementação da mobilidade elétrica e também serão implementados mecanismos de incentivo à aquisição de veículos elétricos.

Em 2018 também será elaborado o Programa Regional para a Eficiência Energética que irá permitir um conjunto alargado de programas e medidas que visam um incremento significativo da eficiência energética pelas entidades públicas e privadas, transversais a todos os diversos setores da economia.

Deste modo o plano previsto para 2018 é revelador da aposta estratégica na área da energia, como um forte contributo para o combate às alterações climáticas mostrando assim o empenho do Governo Regional em tornar a Região economicamente eficiente e sustentável.

Falar é claramente muito fácil, fazer é claramente difícil ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E escrever também é fácil!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que fazem todos os dias!

O Orador: ... e o que se tem visto nos Açores é que continua a existir uma oposição a falar ...

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... e continua a existir um Governo dos Açores suportado pelo Partido Socialista a concretizar medidas importantes para o futuro da energia como a recente inauguração da Central Geotérmica da Ilha Terceira.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Relativamente ao turismo o Plano Regional de 2018 pretende continuar a trilhar projetos e ações que visam consolidar o trabalho efetuado e concretizado nos últimos anos no setor do turismo, com resultados bem visíveis para todos.

Neste setor, há bem pouco tempo nesta Casa, dizia-se que não havia resultados porque não haveria estratégia do Governo e os privados não conseguiriam atingir bons resultados sozinhos.

Espante-se, agora com bons resultados de repente os privados conseguiram fazer o trabalho todo sozinho, sem darem nenhum mérito ao Governo Regional e às políticas públicas seguidas na área do turismo.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Está a tentar enganar-se a si?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Entre 2012 e 2016, o setor do turismo cresceu em 64% ao nível de hóspedes; 76% ao nível das dormidas e 68% ao nível dos proveitos totais. Disto agora a oposição não fala!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): A partir de 2015!

O Orador: Os bons resultados atingidos, fruto de muito trabalho e dedicação de todos os intervenientes, entidades públicas e privadas, num trabalho conjunto do Governo dos Açores mas também de todos os açorianos, permitiu superar muitos desafios do passado e devem ser motivo de orgulho, de confiança e de motivação para superar os desafios com que ainda estamos confrontados.

Em vez de ficar à sombra destes resultados o PS e o Governo Regional dos Açores numa atitude inconformista e de exigência querem mais e melhor para o setor do turismo e pretendem continuar a implementar estratégias definidas em conjunto com todos os açorianos.

O Governo definiu como objetivo principal a definição de um conjunto de estratégias que pretende: a qualificação e o desenvolvimento sustentável do setor do turismo; a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística como instrumento de dinamização da economia regional em todas as nossas nove ilhas.

Pergunto, Sra. Secretária, quais são as ações previstas para implementar o plano estratégico de marketing do turismo dos Açores?

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era bom a literatura antiga como referência para quem estudou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo

(*Marta Guerreiro*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começando então pelas questões colocadas pela Dra. Catarina Chamacame Furtado, Estratégia Açoriana para a Energia 2030.

Não se trata de uma reciclagem do que já foi feito, é uma nova estratégia, com objetivos muito claros.

Pretende-se com a mesma que os seus objetivos e metas vão ao encontro das políticas nacionais, europeias, no que diz respeito à energia e ao clima, em particular na produção de energia a partir de fontes renováveis ou de recursos endógenos; no aumento da eficiência energética; na redução da emissão de gases com efeito estufa e na diminuição da dependência de utilização de combustíveis fósseis.

Este documento é imprescindível e vai considerar os microssistemas produtores das nossas nove ilhas, bem como a necessidade de introdução de sistemas de armazenamento.

Esta estratégia, naturalmente, tem que se articular com os novos instrumentos em vigor, nomeadamente aqueles que estão a ser preparados para a mobilidade elétrica, o Plano Regional para a Eficiência Energética, o Plano Regional para as Alterações Climáticas, bem como os principais instrumentos de política setorial, no que diz respeito aos setores como a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços e o turismo. As métricas serão naturalmente definidas de acordo com aquilo que for desenvolvido.

No que diz respeito à eficiência energética e ao programa que está a ser levado a cabo.

Nós temos em vigor um atual programa que se chama ProEnergia que tem objetivos bastante bem definidos, mas pretendemos ir além daquilo que nós temos hoje, portanto pretendemos contemplar aqui um conjunto de medidas e ações, entre as quais se inclui efetivamente o que já está previsto no âmbito do

ProEnergia, mas com outras iniciativas, com planos de comunicação e sensibilização para estas temáticas junto da comunidade geral e escolar, em particular.

Pretendemos englobar as medidas aqui referidas ontem de apoio às IPSS, no que diz respeito às auditorias energéticas; incluímos também a certificação energética dos edifícios públicos, através da certificação de peritos qualificados, com vista à avaliação energética dos mesmos e com propostas concretas de melhorias.

Pretendemos também ter aqui um programa de eficiência energética na administração pública e vamos levar a cabo, dentro daquilo que já vem sendo feito, os encontros de eficiência energética no âmbito das várias temáticas que foram levadas a cabo durante este ano e que pretendemos desenvolver para o próximo ano.

Temos também aqui formação de peritos qualificados na Região com formações delineadas para gestores de energia local e estamos também a ultimar com a ADENE um protocolo que nos permite fomentar e enriquecer as ações de sensibilização e formação em 2018.

No que diz respeito à mobilidade elétrica, trata-se de um projeto bastante ligado com aquilo que é a nossa realidade, por várias características das nossas ilhas, dos reduzidos percursos que percorremos, o aumento cada vez maior, também, da autonomia das baterias e muito é necessário fazer relativamente à implementação deste projeto.

Sim, foi necessário rever aquilo que havia sido feito, as alterações tecnológicas são imensas, aquilo que nós sabemos hoje, também, em termos de mobilidade elétrica é bastante diferente e, portanto, ao longo destes 6, 7 meses que medeiam a discussão do plano 2017, foram levadas a cabo um conjunto de iniciativas de forma a consubstanciar devidamente um plano que é crucial na estratégia energética da Região.

Refiro aqui várias iniciativas para ficar bem patente aquilo que vem sendo feito nesta matéria e que não se faz, naturalmente, de um dia para o outro.

Estamos a rever sim o documento que foi feito em 2012, não se adequa à nossa realidade e portanto, sim, aquilo como estava não nos era útil, tem sim que ser revisto, não se trata de deitar para o lixo, trata-se de adequar à nova realidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: O que é que foi feito, entretanto?

Uma análise muito cuidada das políticas europeias e nacionais nesta matéria que devem naturalmente ser consideradas na nossa atuação; a caracterização dos padrões de mobilidade imprescindíveis quando se define uma política nesta matéria e essa análise deve ser feita e está a ser feita por ilha; a atualização, como já foi referido, do PMEA; a análise das experiências e boas práticas internacionais nesta matéria; a simulação do impacto dos carregamentos dos viros elétricos no consumo de energia da rede; a definição da rede objetivo para os postos de carregamento que necessitamos; a sensibilização para o tema, com a elaboração de várias informações sobre estas temáticas; a criação de um conjunto de incentivos financeiros em desenho e vários outros incentivos que são necessários naturalmente para que este projeto seja efetivamente uma realidade e não fique na gaveta como efetivamente ficou em 2012.

Relativamente ao projeto Green Island, Dra. Catarina Chamacame Furtado, nós não podemos estar constantemente a recuar a 2012. Se há questões que não ficaram bem resolvidas na altura, este não é o fórum e não nos compete a nós estar constantemente a recuar a essa altura. Estamos virados para o presente e para aquilo que é preciso fazer no futuro e é para isso que aqui estamos e é para isso que nos exigem em termos de atuação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Relativamente Green Island é preciso ter presente que se tratou de um projeto bastante importante que começou a ser desenvolvido em 2008 e que

teve como a sua primeira fase de implementação as iniciativas desenvolvidas na Ilha do Corvo e que efetivamente representaram ganhos efetivos nesta ilha, no que diz respeito à implementação de painéis solares, de bombas de calor para a produção de águas quentes, sanitárias, introdução de ganhos muito visíveis em termos de eficiência energética.

Após a execução total deste projeto, atingiu-se em 2016 o seu pleno funcionamento e é possível constatar que desde 2010, até 2016 o consumo de gás butano no Corvo, decresceu 64%, enquanto nos Açores esse decréscimo foi de apenas 10% (para se perceber a importâncias deste mesmo projeto).

Recentemente, e também como é público, ainda na Ilha do Corvo, foi anunciado a instalação de um parque voltovoltáico que vai colocar também pela primeira vez energias renováveis na produção de energia elétrica nesta ilha, o que para nós também é assinalável, agora não nos podemos esquecer que este projeto era da responsabilidade do MIT Portugal e, portanto, com colaboração por parte do Governo, no que diz respeito àquilo que é importante.

Sobre as suas referências a seriedade e amnésia abstenho-me, se quer fazer referências à mesma, porque todos nós que estamos aqui partimos do pressuposto com seriedade e com vontade de responder às questões que nos são colocadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: No que diz respeito às questões do Sr. Deputado António Pedroso e que diz respeito ao centro de processamento de resíduos, é importante nós fazermos aqui uma contextualização daquilo que a Região tem vindo a desenvolver no que diz respeito aos centros de processamento de resíduos.

Como sabem a Região dotou as sete ilhas de menor população com centros de processamento de resíduos, que permitem que hoje tenhamos uma realidade de aterro zero, nessas ilhas, à exceção do Pico que ainda tem um aterro licenciado

e com capacidade para receber resíduos, as outras seis neste momento não têm aterros. Isso é uma mudança de paradigma extremamente importante ou o Sr. Deputado António Pedroso acha que termos lixeiras a céu aberto é a realidade que nós pretendemos para o futuro dos Açores?

Deputado João Costa (PSD): É a que temos!

A Oradora: Aquilo que foi investido em termos de selagem dos aterros, não contempla efetivamente aquilo que referiu relativamente à questão das carcaças de animais.

Relativamente a essa matéria, mais uma vez, vou referir aquilo que já foi referido nesta Assembleia.

Deputado Marco Costa (PSD): É preciso ter coragem para fazer essa análise!

A Oradora: Estas matérias, sendo da competência da sanidade animal, estão previstas em lei, no que diz respeito às soluções das mesmas e como já foi referido essas soluções podem passar por:

- 1 - incineração das carcaças;
- 2 - um aterro licenciado em exclusivo para as mesmas, ou uma terceira hipótese que é aquela que todo o País está a utilizar, que apenas é possível para as zonas consideradas periféricas, o enterramento dos animais.

Assim acontece nas restantes oito ilhas, assim acontece no restante País que praticamente foi todo declarado como ultraperiférico, precisamente para poder ter esta prerrogativa.

Naturalmente, que os agricultores poderão sempre encaminhar as carcaças dos animais para incineração, desde que estejam naturalmente disponíveis a pagar esse custo. Tenho algumas dúvidas que assim seja!

Portanto, a solução que tem vindo a ser defendida, aquela que está a ser utilizada no resto do arquipélago, é efetivamente o enterramento das carcaças dos animais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o que é que a Sra. Secretária defende perante a situação atual, perante uma falha de planeamento?

A Oradora: Não vamos aceitar que estas carcaças em S. Jorge, única ilha, sejam colocadas nas ribeiras, sejam colocadas nas bermas das estradas. Trata-se de educação ambiental, portanto é um problema que claramente que ser resolvido localmente e assim atuaremos.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não há vigilância!

A Oradora: No que diz respeito à questão colocada ainda pelo Sr. Deputado António Pedroso, relativamente às questões da interline, como é sabido é uma negociação que decorre entre duas empresas, que sabemos que estão a decorrer, portanto sobre as mesmas, naturalmente, nós não nos pronunciaremos.

Sobre a formação profissional de ativos e de novos funcionários, relativamente ao caso em concreto de S. Jorge, a resposta estende-se a todo o arquipélago e como foi anunciado ontem e já anteriormente em Conselho de Governo, resultado das deliberações, como foi anunciado vamos levar a cabo várias iniciativas e uma delas que consideramos fundamental nesta matéria, passa efetivamente pelo levantamento do diagnóstico em cada uma das ilhas das necessidades de formação atuais, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fazer um levantamento passado um ano!?

A Oradora: ... e perspectiva de futuras, para que se atue precisamente nessas necessidades formando as pessoas nas matérias que forem identificadas como mais importantes.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado André Rodrigues, no que diz respeito à implementação do PEMTA.

É bom lembrar que o PEMTA tem como objetivos fundamentais definir um conjunto de estratégias entre mercados e produtos onde, dentro desses

objetivos, a qualificação e o desenvolvimento sustentável das ilhas, tomam especial destaque.

Nesta matéria, em termos de qualificação de produtos e serviços que são essenciais, é importante garantir a consolidação de uma oferta diferenciada e exclusiva e isso tem vindo efetivamente a ser conseguido e implementado, mas para que se consiga ter isso em pleno há efetivamente várias iniciativas no Plano 2018, que reforçarão precisamente essa estratégia.

Em primeiro lugar, desde logo, a criação de um grupo de trabalho para o turismo sustentável, com o objetivo de coordenar a implementação da estratégia do setor turismo e também tendo por base, naturalmente, o PEMTA, coordenando um conjunto de iniciativas de estratégias conducentes à qualificação e ao desenvolvimento sustentável do turismo nos Açores, naturalmente com a preservação do meio ambiente, do desenvolvimento, da atividade turística como ferramenta de dinamização e uma economia regional em todas as ilhas.

Neste aspeto serão ainda intervencionados, como já referido, os postos de turismo; terá terminado, como sabem, o plano de ordenamento do turismo da Região Autónoma dos Açores; serão intervencionadas em termos de qualificação os profissionais de turismo, como foi referido; será desenvolvido um programa de sensibilização para a sociedade açoriana, para a nova realidade do setor que tem como grande objetivo algo que consideramos fundamental, que é a valorização das profissões ligadas ao turismo, destacando a forte componente do relacionamento interpessoal que é necessário nesta matéria; pretendemos também melhorar e inovar as infraestruturas e facilidades de apoio às atividades e reforçar também o segmento natureza contribuindo para atenuar a sazonalidade do destino dos Açores com grande enfoque no desenvolvimento e investimento nos produtos “ancora”, nos produtos considerados primários de cada uma das nossas ilhas.

Obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves** (*PS*): Obrigada, sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aqui às questões relacionadas com o ambiente é inegável, e julgo que ninguém nesta casa pode fazê-lo, o desenvolvimento que temos tido ao longo dos anos nessa matéria.

Uma questão aqui levantada ao nível dos centros de processamento de resíduos, ao nível da gestão de resíduos, apesar de existirem problema, é verdade, existe um problema específico numa das ilhas dos Açores ...

Deputado Marco Costa (*PSD*): Não é só um, são vários nos Açores!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): São três!

A Oradora: ... que me deixa até com uma certa satisfação, porque há alguns anos atrás, nós falávamos só da existência de lixeiras ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isso foi há 10 anos!

A Oradora: ... existiam lixeiras a céu aberto, existiam resíduos abandonados nas ribeiras, existia uma quantidade imensa de pequenas lixeiras que proliferavam nos nossos Açores e eram essas, na altura, as nossas preocupações.

Hoje estamos a falar que existe um problema num centro de processamento de resíduos dos Açores, eventualmente em dois centros de processamento de resíduos nos Açores ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Quais são?

A Oradora: ... existem problemas em dois centros de processamento de resíduos dos Açores, numa estrutura, numa rede de centro de processamento de

resíduos que funciona em pleno, em que as pessoas respeitam, em que as empresas são concessionadas e são licenciadas para o fazer, têm recursos humanos para fazê-lo, que empregam pessoas, que mexem com a nossa economia ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que custou os olhos da cara!

A Oradora: ... e que tem que ter a valorização por parte também aqui desta câmara.

Ao longo dos anos temos tido essa evolução, hoje os problemas são outros, é verdade, houve já ao nível das questões dos resíduos sempre que há um problema e a deteção de um problema, a Direção Regional do Ambiente e a própria Inspeção Regional do Ambiente, atuam e desenvolvem as diligências necessárias para resolver essas questões.

Também deixar aqui só uma nota muito breve.

Os Açores, ao nível da qualidade ambiental, ao nível da conservação da natureza, ao nível da monitorização das nossas massas de água, têm tido uma evolução fantástica. Estes são reconhecimentos feitos internacionalmente e que não podemos aqui nesta Casa descorar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, não! Está enganada! Nós não estamos agarrados ao que se passava em 2012! Estamos sim agarrados às sucessivas promessas que nunca são cumpridas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Podemos até se quiser recuar mais atrás.

Esses encontros de eficiência energética, acha que é uma inovação? Está redondamente enganada!

A nossa desilusão, em matéria de energia, é realmente muito grande.

Não querendo desmerecer o Sr. Deputado André Rodrigues que não estava à espera que fosse aqui o interlocutor da bancada socialista para a energia, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Porquê?

A Oradora: ... esperava sim ali o Sr. Deputado Roberto Monteiro, até porque já o vejo num Conselho de Administração, aqui, da nossa empresa Eletricidade dos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): É visionária?

A Oradora: Continuando, Sra. Secretária, falou da nova Estratégia Açoriana de Energia ...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora não gosta de estratégia, é de ação! É o que está escrito!

A Oradora: ... e pouco ou nada disse. Disse que é para ir de encontro ao que está previsto em diretivas europeias e em documentos orientadores nacionais e por aí fora, que parcialmente metas, gestão e alguns objetivos estão cumpridos ... Quais? Nós não sabemos que objetivos são esses! Mas não há estratégia, Sra. Secretária! Se não há estratégia desenhada, que objetivos são esses e como é que podem estar parcialmente atingidos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Sra. Secretária, mais abismada fico eu por ver que nesta altura, já cá está há um ano, ainda não consegue perceber o que é o sistema de incentivos ProEnergia! Diz que vão alterá-lo, colocando aqui uma série de ações e de medidas adicionais e talvez alguma sensibilização. Não disse novamente, nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Secretária, quanto ao programa de mobilidade elétrica dos Açores que foi recauchutado, diz que a razão prende-se com alterações tecnológicas. Acha que elas vão terminar por hoje? Sucessivamente nesta área há avanços tecnológicos. Então nunca vamos ter uma estratégia e nunca vamos ter um plano?

É esta a pergunta que lhe deixo.

Sra. Secretária, a desilusão é muito grande!

Relativamente aos estudos do Green Island, Sra. Secretária, quando diz que os estudos não são nossos, sabe quanto é que despendeu o Governo dos Açores nestes estudos? Setecentos mil euros! Isso não nos dá o direito de usar esses estudos e implementá-los?

A desilusão é muito grande!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Roberto Monteiro tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Presidente do Conselho de Administração da EDA!

(*) Deputado Roberto Monteiro (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros membros do Governo:

Duas questões:

Em primeiro lugar, congratulo-me com o elogio que foi feito da bancada do PSD ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É merecido!

O Orador: ... provavelmente com desejos antigos, de que alguém voltasse à EDA e que endireitasse a anterior Direção Regional da Energia, que estava completamente torta.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Quem está lá tem que ser endireitado! Foi muito infeliz! Quatro anos não foram suficientes?

O Orador: Era a primeira questão.

Nestas viagens ao passado e ao futuro tem muito que se diga. Não se esqueça que como Presidente da Associação de Municípios, tive a possibilidade de apanhá-la como Diretora Regional da Energia, enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios e aí, sim, há algo que permita-me que destaque.

Deputado Marco Costa (PSD): Nacional?

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é nacional! É regional!

O Orador: A Sra. Deputada não pode estar constantemente com dois tipos de discurso: por um lado, gritando, diz que não há estratégia; ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E não há!

O Orador: ... mas por outro lado, escreve que não precisa estratégia, precisa é ação.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Já houve estratégia, não sei se sabe!

O Orador: Portanto, a estratégia energética - vamos falar com simplicidade - está definida não só para os Açores, está definida para o País, está definida para a Europa.

A estratégia energética, os resultados, vamos falar de resultados que é a ação que a senhora quer. Quanto aos resultados e a senhora não pode insultar nem

achincalhar, nesta Casa, os imensos investidores privados que acreditaram nesta matéria, que investiram em energias renováveis, que têm projetos aprovados com fundos comunitários, que estão a criar emprego, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Quem está preocupado é o Sr. Deputado Toste! Dessa forma nunca mais se senta ali!

O Orador: ... que estão a potenciar uma sustentabilidade energética que é única em termos de equilíbrio entre os combustíveis fósseis e as energias renováveis, por isso é de estranhar alguém que há tão pouco tempo estava do lado de cá, que possa dizer, que tem obrigação e que conhece muitos destes projetos na sua fase inicial, ...

Deputado Francisco César (PS): Esqueceu-se!

O Orador: ... que se enquadraram claramente nesta estratégia, que se mantém na grande essência, que efetivamente aquilo que pretendemos em termos energéticos é indiscutível, não mudou só pelo facto de a senhora ter mudado de bancada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão dos aterros e das questões dos resíduos era também importante que se falasse nesses assuntos com mais algum conhecimento de causa e principalmente que os Deputados de cada uma das ilhas tivessem um diálogo mais próximo, mais profícuo com os autarcas das respetivas ilhas.

Em primeiro lugar, para conseguirem distinguir, coisa que ainda não percebi por que não o fazem, até onde é que vão as competências das Câmaras e onde é que começa as competências do Governo? É preciso distinguir isso, porque há questões que foram levantadas aqui, que não são competências do Governo, são questões que têm que tratar ao nível local ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, os animais não são do Governo?

O Orador: Não! Várias questões! O tratamento dos resíduos é uma competência das câmaras! A questão é essa!

Sabe qual é o valor que muitas das câmaras têm investido dos seus recursos, em soluções destas?

Deputado Marco Costa (PSD): Foi vendido aos municípios!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado ...

O Orador: Caros Srs. Deputados, os senhores se quiserem inscrevam-se e a gente confronta direto, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputado ...

O Orador: ... agora com apartes isso é a atitude típica do cobarde!

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor quando chegou aqui já existia oposição!

O senhor está aqui por pouco tempo por isso está falando assim. Para quem queria elevar o nível está a descer e muito!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não está habituado a contraditório! Estava habituado a falar sozinho!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é que é elevação! Se o senhor quer continuar a falar sozinho continue!

O Orador: Inscreva-se! Por que é que não se inscreve?

Presidente: Sras. e Srs. Deputado ...

O Orador: A questão é só esta: é preciso distinguir as competências, é preciso saber do que é que se fala, quando se fala de resíduos e é preciso respeitar, quer os públicos, quer os privados que têm investido.

Deputado João Costa (PSD): Subimos muito o nível hoje!

Oxalá o senhor passe no telejornal com essa!

O Orador: Os senhores não se inscrevem! Os senhores só falam para os lados! Última nota, a estratégia que está a ser seguida, mais do que a estratégia, a ação que está a ser seguida na eficiência energética nos Açores é exemplar e temos que reconhecer e elevar o trabalho que está a ser feito, não só pelo Governo, pelas autarquias e fundamentalmente pelos investidores privados, que ao contrário da oposição acreditam neste caminho e acreditam na estratégia que está definida.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: Relativamente aos resíduos temos novos desafios e temos novos problemas que resolver.

As responsabilidades são repartidas entre competências que são dos municípios, competências que são da Região e competências que são dos particulares.

Existem soluções de referência e soluções exemplares em várias das ilhas que podem perfeitamente ser alvo de *bench marketing* para as outras, este é que é o caminho a seguir. Não é atirar pedras desconhecendo a raiz e desconhecendo quem é que tem a competência dos assuntos.

Deputado Paulo Parece (PSD): Para a semana já vamos saber qual a razão do seu discurso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para enfocar algumas questões que consideramos fundamentais.

Os objetivos que estão patentes na Estratégia 2030 no âmbito da energia, são claríssimos e como é óbvio estão em consonância com os objetivos com os quais nós nos comprometemos em termos nacionais, internacionais: visam o aumento da penetração das energias renováveis no sistema; o aumento da eficiência energética e a redução natural das emissões de gases com efeito estufa.

Portanto, parece-me relativamente claro e não vejo que dúvidas possam existir nessa questão.

Relativamente à mobilidade elétrica: não podemos olhar para este projeto com leviandade, trata-se de um projeto estruturante e em plena consonância com as áreas desta Secretaria, quer em termos de turismo, quer em termos de ambiente, que naturalmente exige que tudo seja preparado com a solidez que um projeto desta natureza implica e é isso que, naturalmente, estamos a fazer.

Relativamente à questão do Green Island, Sra. Deputada, os estudos não valem pelo peso daquilo que se pagou por eles, valem pelas políticas e pelo encontro daquilo que nós pretendemos que seja efetivamente a estratégia deste Governo e que é efetivamente. Portanto, não é por aí que nós os medimos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para quem paga muito, é preciso saber o resultado desses estudos!

A Oradora: Uma nota final para uma intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, no início do debate parlamentar relativamente à EDA e ao grupo EDA.

Os resultados deste grupo são certificados e auditados por entidades independentes.

Os resultados obtidos pelo grupo EDA e pela EDA, em concreto, integram naturalmente os resultados das empresas do grupo.

Portanto, não é aceitável que se diga nesta Casa que a EDA é um exemplo de empresas que podem artificialmente dar prejuízo, penalizando quem nelas trabalha, simultaneamente a empresa também pode dar lucros, porque não tem absolutamente qualquer fundamento. Não podemos aceitar esse comentário.

Obrigada.

Depuda Zuraída Soares (BE): Bastante grande!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar às intervenções de tribuna.

A primeira é do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje temos a firme convicção que seguimos no caminho certo, sempre conscientes do muito que foi feito e do muito que ainda falta fazer!

Orgulhosos do passado, mas sempre de olhos postos no futuro!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é a mesma intervenção do ano passado, não é?

O Orador: Todos os dados conhecidos, e amplamente positivos, dão nota de que devemos prosseguir, percebendo que passámos por dores de uma conjuntura muito difícil, mas que soubemos superar e que, hoje já vivemos as boas dores de um crescimento visível.

Só uma política do agoiro ou do mau presságio é que negará esta realidade, mas felizmente - enquanto alguns se derrotam com a sua própria atitude -, quem continua a vencer são os Açorianos, as famílias e as empresas, que hoje têm mais emprego, mais estabilidade, mais dinâmica económica e mais força para vencer os novos desafios.

É para eles e para todos os Açorianos - que ainda não atingiram os seus objetivos - que continuaremos a dar o nosso melhor, mesmo contra os que se fecham na missão de malfadar o que quer que seja.

É por isso que este Plano para 2018 é um instrumento de trabalho que só nos incentiva a fazer mais e melhor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O TURISMO é um setor com um extraordinário potencial de desenvolvimento económico na Região, gerador de riqueza e emprego. O ano de 2017, é mais um ano que fica, impressivamente, marcado pelo crescimento do setor, pela sua estratégia de consolidação, fruto do trabalho do Governo dos Açores, exemplarmente acompanhado pelo setor privado. Mas esse resultado veio criar novos desafios e novas ambições para qualificarmos o destino de natureza de eleição que somos.

É nesse contexto que se prevê um conjunto de medidas e ações, quer nas infraestruturas quer na sua gestão. Está assumido o compromisso de garantir a requalificação dos principais locais de interesse turístico, com o objetivo de regular e evitar a sobrecarga de utilização e garantir a sua preservação. Outro grande objetivo neste setor - e dos mais desafiantes - será a formação de recursos humanos, capacitando-os ainda mais e melhor para um desempenho cada vez mais exigente, numa área onde a concorrência é à escala mundial.

Neste novo ciclo do Turismo, concluir-se-á a revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região, manter-se-á a política de captação de eventos de grande relevo internacional – que bons resultados têm dado na notoriedade do destino.

Estas e outras iniciativas têm como missão consolidar a estratégia para o sector, promover o destino e aumentar a sua notoriedade, assegurando impreterivelmente a sustentabilidade do destino turístico dos Açores.

Mantendo sempre a segurança e a qualidade de vida dos Açorianos em primeiro lugar, as medidas que este Plano prevê para o setor Energético, revelam o futuro que queremos salvaguardar para as nossas ilhas.

Neste setor, o Plano para 2018 enquadra-se numa estratégia que deve ser avaliada a longo prazo, como por exemplo a grande aposta do Governo dos Açores nos projetos estruturantes da Eficiência Energética e de Mobilidade Elétrica.

Destacaria, assim, a criação de uma rede pública de postos de carregamento em todos os concelhos, associada aos incentivos à aquisição de veículos elétricos. Estas são medidas decisivas para uma região que tem um enorme potencial para se afirmar como exemplo na mobilidade elétrica, sendo mais um motor para consolidar a sustentabilidade ambiental e por correspondência o nosso destino turístico.

Estamos perante um Plano que permitirá aos açorianos continuarem a vencer, a superar desafios, ao lado deles e para eles! É nisso que nos concentramos, é nisso que todos nos devíamos concentrar: nos Açores e nos Açorianos.

Infelizmente e ao contrário, aquele que se diz o maior partido da oposição insiste em se posicionar como **emplastro** de qualquer voz crítica.

Insiste em ser um PSD que não age, apenas reage, um PSD igual à sua liderança, limitado a uma visão sectária e autocentrada, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): Demonstra essa realidade!

O Orador: ... que se dedica mais à trica do que aos Açorianos, que faz do ataque pessoal a sua força e da ausência de alternativa política a sua grande fraqueza...

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: Felizmente, os Açorianos, o PS e o Governo não embarcam nessa onda, temos mais do que fazer, temos uma Região para governar, famílias e empresas para apoiar, e é por isso que podem contar, com um Plano e Orçamento para 2018 que nos fará continuar a vencer e a avançar.

DISSE...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

A próxima intervenção de tribuna é do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):

É sem surpresa e com bastante desilusão, que olhamos para este Plano Regional Anual e Orçamento da Região, no que se refere à matéria de Ambiente, porque as propostas nesta área sectorial são mais do mesmo. Pecam e tem pecado por falta de concretização e, bem assim, de falta de credibilidade.

Ao nível do Ambiente, em concreto na qualidade ambiental, reafirmamos que continuará a haver falta de meios e recursos de inspeção e vigilância ambiental.

Nos resíduos é um puro embuste, para não dizer uma piada de mau gosto, declarar uma forte aposta estratégica para o cumprimento das metas delineadas no PEPGRA ou na prevenção da produção de resíduos.

Basta olhar para o que se passa neste sector. Existem na Região consideráveis problemas de transporte de resíduos.

Em alguns Centros de Processamento de Resíduos existem equipamentos ou infraestruturas que não funcionam.

Há centros sem linhas de triagem e que mais parecem lixeiras com telhados e paredes, e existem outros em que até pedaços das paredes faltam.

Em algumas ilhas até se mandam enterrar cadáveres de animais.

A Política de Prevenção e Gestão de Resíduos do Governo Regional resume-se a isto:

(Neste momento a Sra. Deputada mostra uma foto à câmara)

A Oradora: Centro de Processamento de Resíduos da Ilha Graciosa: como vêem falta um pedaço grande da parede.

Deputado José San-Bento (PSD): Não se vê nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 6 milhões!

A Oradora: Seis milhões!

Aqui, mesma fotografia, Centro de Processamento de Resíduos da Ilha Graciosa, com grande bocado da parede do Centro de Processamentos, a faltar.

(Neste momento a Sra. Deputada mostra nova foto à câmara)

Deputado José San-Bento (PSD): Não se vê muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Está ao contrário!

Deputado José Ávila (PS): Isso é a mesma!

A Oradora: Outro ângulo!

Quando ao encerramento do aterro da Ilha do Faial, adivinhem? Aproveitou-se uma pedreira ao lado para começar a enfiar resíduos!

(Neste momento a Sra. Deputada mostra outra foto à câmara)

Deputado José San-Bento (PS): Enfiar o quê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lixo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que o senhores acham graça?

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores são uns graçolas!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Para nós esta é a prova clara de que a visão estratégica deste Governo em matéria de prevenção e gestão de resíduos falhou, REDONDAMENTE, facto que deveria envergonhar o Executivo.

Em relação à Conservação da Natureza, os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, já estão previstos desde 2011. Mas, disse a Senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo em março deste ano que, pese embora fosse vontade do executivo avançar mais cedo, mais vale tarde que nunca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Entretanto, e enquanto esperamos por trabalho concreto ou investimento para a conciliação da preservação do nosso património natural com o seu usufruto e utilização, são estes cenários e imagens que surgem:

(Neste momento a Sra. Deputada mostra nova foto à Câmara)

A Oradora: Filas e filas de carros no Miradouro da Lagoa do Fogo.

Poderíamos também mostrar aqui o Miradouro da Vista do Rei; poderíamos mostrar aqui a Ferraria, mas escusado será mostrar porque toda a gente viu estas imagens.

As desilusões sucedem-se, os Açorianos e turistas denunciaram, mas o Governo, ainda assim, não deu a devida atenção ao assunto.

Com certeza a concessão do Monumento Natural da Caldeira Velha, ou as receitas associadas, serão assunto mais importante para o Executivo Regional.

Deviam ter vergonha.

Quanto à Nova Estratégia de Gestão e Controlo das Espécies Exóticas e Invasoras, que afinal é, segundo a Senhora Secretária Regional, uma abordagem diferente do que já existe, esperamos que a natureza da diferença consista, simplesmente, numa efetiva concretização dessa estratégia e que, finalmente, se faça alguma coisa.

Deputado Carlos Silva (PSD): A senhora não gosta de estratégia!

A Oradora: Desiludidos os Açorianos, ficarão à espera.

Nem mesmo assim o Governo se envergonha.

Nos Recursos Hídricos, e apesar dos milhões de investimento previstos para 2018, e dos milhões já gastos nesta matéria:

Os Açores continuam a ter localidades em que a população não é abastecida por água tratada;

Os Açores continuam com localidades sem sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais; e ...

Deputado Francisco César (PSD): A Começar pela Camara da Ribeira Grande!

A Oradora: Os Açores continuam a ter localidades com descargas diretas de esgotos para ribeiras e grotas.

Algum dia os Açores terão melhores indicadores nos recursos hídricos. Podia ter sido mais cedo, aliás, queríamos muito que tivesse sido mais cedo, mas não foi.

Uma coisa é certa, fosse este Governo tão bom a pregar como a fazer, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora prega muito bem!

A Oradora: ... e o Ambiente nos Açores estaria bem melhor.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu nem sequer sei como é que hei de começar a minha intervenção de tentar contrapor a sua intervenção, mas eu gostava de começar aqui pela falta de fiscalização que falou.

Sra. Deputada, a fiscalização existe, ela é efetiva e tem resultados.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sabe quantos vigilantes temos nos Açores!

A Oradora: As ações de fiscalização não são feitas única e exclusivamente pelos inspetores da Inspeção do Ambiente, existem vigilantes, existe um corpo de vigilantes da natureza, existe também a própria Direção Regional e os técnicos da Direção Regional, que exercem as suas competências também ao nível da fiscalização e da verificação das necessidades de todas as estruturas a que lhes estão associadas.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): A Sra. Deputada sabe que não verdade!

A Oradora: Sei que é verdade e tenho confiança nos técnicos e nas pessoas que todos os dias trabalham em prol do ambiente e pelos vistos a senhora não tem.

Deputada Catarina Furtado (PSD): São insuficientes!

A Oradora: Eu gostaria de ir por aqui para chegar a uma questão que falou ali, que era uma vergonha a Caldeira Velha.

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Espero que este tempo me seja descontado Sra. Presidente.

Gostaria de dizer que também aqui a Inspeção do Ambiente funcionou (a Inspeção do Ambiente, a Direção Regional do Ambiente, funcionou).

A questão da Caldeira Velha é muito simples: existiu um protocolo, que a Sra. Deputada bem o conhece, o protocolo foi celebrado em 2012, de dois em dois anos tinha a sua renovação e há muito pouco tempo, há dois anos atrás, teve essa renovação, já era a Câmara Municipal da Ribeira Grande, do PSD, como a senhora sabe.

Também gostaria de dizer-lhe que em agosto de 2016, já os problemas que levaram agora à resolução do protocolo tinham sido levantados por parte da Direção Regional do Ambiente e questões relacionadas com o acesso à Caldeira e o excesso de pessoas que poderia ter, danificando a qualidade da fruição por parte das pessoas.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Onde é que estão os estudos? Não compete ao Governo?

A Oradora: Essas questões deviam ter sido resolvidas pelo concessionário, que era a Câmara da Ribeira Grande, que não foi feito e por isso mesmo o Governo, e muito bem, o que vem dizer agora é que nós nesta altura queremos ser nós a

gerir esta área protegida, queremos ser nós a implementar as medidas necessárias para regularizar essa situação e para definir as capacidades de carga, que deveria ter sido feito pelo concessionário, ou seja pela Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Também gostava de dizer a esse respeito que o Governo Regional está empenhado e a trabalhar para resolver o problema dos trabalhadores que estavam a desenvolver funções naquela infraestrutura e eram da responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande e devo dizer que todos os trabalhadores estavam em situação precária, ...

Deputado André Bradford (PS): Há cinco anos!

A Oradora: ... uma precaridade laboral que nós queremos ultrapassar porque para nós é impensável que isso continue a acontecer. Temos que resolver esta questão!

Também dizer por último, sobre esta matéria, que queremos dar aqui a garantia de que todos os recursos financeiros gerados pelas entradas na Caldeira Velha serão integralmente, repito, integralmente, para serem utilizados em melhorias na infraestrutura e não ter outros fins que não esse.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos avançar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate das propostas de Plano e Orçamento da Região que deviam ser uma das discussões mais estruturais e, por isso, importantes do futuro coletivo deste Povo. Está transformado num exercício de propaganda, que já nem sequer o fulgor espetacular de outros tempos continua a ter...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Neste sentido, mais fácil do que ser o CDS a arranjar adjetivos para qualificar as propostas do Governo Regional socialista, melhor é fazer uma citação: *“as obras plasmadas no documento em apreço, são importantes para São Jorge. No entanto, e tendo em consideração que estas se vem protelando, ano após ano, entendemos que isso se torna um desinvestimento para a nossa Ilha, uma vez que estas já deveriam há muito estar executadas e, nesta anteposta, já deveríamos estar a vislumbrar outros investimentos necessários para a Ilha. Como tal, este Conselho de Ilha dá parecer desfavorável à mesma”*.

Como se percebe este é o parecer do Conselho de Ilha de São Jorge às propostas públicas de investimento em 2018. Todos os anos, no Plano e Orçamento, são previstos milhões de euros de investimento para São Jorge. Da previsão à concretização das boas intenções socialistas, regista-se uma enorme distância!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em março passado, aquando da votação do Plano e Orçamento para o ano corrente, manifestando a maior abertura ao diálogo institucional e imbuídos do espírito de que só cooperando se pode melhorar a prestação do serviço público que todos aqui fazemos, o CDS apresentou três propostas de alteração concretas para a ilha de S. Jorge, das quais 2 que foram aprovadas por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Uma referia-se à construção do novo Entrepasto Frigorífico das Velas (infraestrutura que há anos trabalha sem qualquer tipo de condições de qualidade), mas que continua exatamente na mesma!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito mal!

A Oradora: Outra das nossas propostas prendia-se com a intenção de ver finalmente implementado o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs...

Também aqui o PS aprova as boas propostas da oposição, esquecendo-se depois que, colocá-las em prática, não é satisfazer os egos da oposição, mas sim melhorar a qualidade de vida dos Açorianos que beneficiariam da aplicação destas propostas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem lembrado!

A Oradora: Na era do turismo como salvador da economia, em São Jorge, continuamos a não investir na formação, qualificação e reabilitação dos ativos. Continuamos a confiar na sorte.

Senhora Secretária Regional do Turismo: quando se iniciará o processo de requalificação de ativos durante a chamada época baixa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Que estratégias estão a ser trabalhadas, junto dos empresários, permitindo uma maior estabilidade profissional no setor que continua preso a uma sazonalidade que não é sustentável, nem para trabalhadores, nem para empregadores?

Agora, pelo que se vê, vamos iniciar, finalmente, a qualificação de locais de interesse turístico, nomeadamente os miradouros...

Mas continuamos a não ter uma política assertiva, eficaz e eficiente no que se refere aos transportes aéreos e marítimos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Neste sentido, importa urgentemente inverter o rumo da política de transportes. Como podemos potenciar o turismo, alargar o período de época alta, quando os horários das ligações marítimas, ainda este ano, foram alterados a meados de setembro?

Mas ainda no que se refere aos transportes... Senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas:

Como queremos garantir melhores acessibilidades à ilha, quando, por exemplo, num domingo, para se chegar de Lisboa a São Jorge de avião é preciso fazer um voo Lisboa-Horta, outro da Horta para a Terceira e, finalmente, seguir da Terceira para São Jorge, chegando já a meio da tarde?

E como é que queremos falar de acessibilidades a sério quando ainda este verão, os Jorgenses depararam-se com os mesmos problemas de sempre, ou seja, a quase impossibilidade de sair ou chegar à ilha...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Já não falo de férias, de negócios, de motivos familiares... Refiro apenas aqueles que perderam a oportunidade de ir a uma consulta de especialidade ou a um exame complementar de diagnóstico, pelo qual esperavam há tanto tempo, por falta de disponibilidade de lugares?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Finalmente, Sr.^a Secretária, decorre a empreitada de construção da rampa ro-ro na Calheta que, se prevê, esteja concluída já no próximo mês...

Para quando a rampa ro-ro de Angra do Heroísmo?

E para quando uma maior ligação entre o triângulo São Jorge, Terceira e Graciosa?

E, com a intervenção agora realizada, ficaram ou não completamente resolvidos os problemas de operacionalidade no porto da Calheta, ou perdeu-se mais uma oportunidade de ouro e vamos continuar a assistir a cancelamentos dos barcos de carga, porque, mais uma vez, se fez apenas obra para cumprir promessas eleitorais, em vez de, também, se privilegiar o futuro e solucionar problemas atuais?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E após a conclusão da rampa ro-ro vamos ver a construção do núcleo de recreio náutico na Calheta?

E para quando a necessária e urgente obra de beneficiação da Estrada Transversal (Urzelina/Santo António) que, pelo fluxo de agricultores, locais e turistas, necessita mesmo de uma intervenção de fundo, não de mais remendos?

E na Saúde:

Deputado Miguel Costa (PS): E na aviação?

A Oradora: Para quando, Sr. Secretário, a implementação efetiva de um programa real, eficaz e funcional de articulação entre unidades de saúde de ilha e hospitais?

Para quando a deslocação de médicos especialistas a S. Jorge de forma regular? De nada serve ir a uma consulta de especialidade, receber a prescrição de uma determinada medicação ou tratamento e ficar mais de um ano à espera de nova consulta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Senhor Secretário Regional da Agricultura:

Numa ilha como São Jorge, a agricultura é o sustento da maioria das famílias. O queijo de São Jorge é a joia da coroa da produção, mas o escoamento é uma constante preocupação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Chegamos ao ponto de se anunciar a existência de um novo produto, com cura de 24 meses... Pois claro, se o queijo não é vendido, continua a curar nos armazéns das cooperativas. De forma clara qual é a estratégia adoptada?

E quanto à continuidade do apoio para a armazenagem do queijo de São Jorge, no âmbito do POSEI... Este apoio fundamental tem continuidade assegurada?

Continuam a pedir aos produtores do melhor leite da Europa que reduzam a produção, mas nada fazem para assegurar que os nossos agricultores mantenham um rendimento necessário e digno, assegurando a sustentabilidade das suas empresas. Que trabalho foi feito nesse sentido?

No setor da carne, o Matadouro de São Jorge – o mais antigo dos Açores (iniciou em 1990) é dos matadouros que mais cresce em produção todos os anos – mas continua a ser desprezado por este Governo, que insiste na política de remendar e apagar fogos do que a investir na dignidade dos produtores possibilitando-lhes uma nova infraestrutura de abate!?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia:

E o Porto do Topo, uma promessa da governação socialista quase tão antiga quanto a própria governação socialista... Verdade. Nós, os Jorgenses, já só queremos a verdade, mesmo que esta não seja a versão da história de que estamos à espera. Façam favor de não nos enganarem mais!!!

Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Está muito atualizada Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo;

Termino esta minha intervenção, como o Líder do meu Grupo Parlamentar começou esta discussão:

“Não há discussão do plano e orçamento que assim não seja. Todos os anos os governos do PS dizem que agora é que é, que agora é que vai ser. Todos os anos a bancada do PS limita-se a aplaudir e a sustentar a ilusão.

Este Governo, a cada ano que passa, está cada vez mais desfasado da realidade e das necessidades dos Açorianos e da Região.

Sejamos realistas. Falemos verdade aos Açorianos!”.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional Anual para o ano de 2018, ao que à ilha de S. Jorge diz respeito, prevê um investimento público no valor de 51,6 milhões de euros.

A manutenção de valores de investimento público consideráveis e acima dos 50 milhões de euros, é bem demonstrativa da importância que o Governo Regional tem dado, também, à Ilha de S. Jorge.

Na área da agricultura, não nos podemos esquecer do trabalho de acompanhamento da situação e da realidade do setor cooperativo de S. Jorge, sempre numa ótica de parceria com a indústria e produtores, que promoveu melhorias significativas nos pagamentos atempados aos produtores na melhoria da transformação de leite e agora mais recentemente, também, no escoamento do queijo.

No setor das pescas onde se pretende pescar menos e vender melhor, de modo a garantir a sua sustentabilidade, destaque para os investimentos previstos no entreposto frigorífico das Velas, com especial importância para a melhoria das condições de escoamento do pescado e impactos positivos no rendimento dos pescadores, bem como o porto do Topo, na melhoria das condições de segurança e operacionalidade do mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe, Sr. Secretário, vai ter que responder a seguir!

O Orador: Não podíamos também deixar de realçar aqui o setor da indústria conserveira Santa Catarina, que deixou de estar no discurso da oposição, ...

Deputada Graça Silva (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... uma vez que a situação está melhor e tem ultrapassado as dificuldades, garantindo uma melhor inovação e valorização do seu produto, garantindo a manutenção de importantes postos de trabalho.

Deputado Marco Costa (PSD): Há de chegar o dia da LOTAÇOR! Com as necessidades dos pescadores, há de chegar o dia! Infelizmente!

O Orador: No setor do turismo que também era altamente criticado nesta Casa, em relação a S. Jorge, continuamos a conjugar investimentos da responsabilidade do turismo, da energia e do ambiente, onde se pretende continuar a qualificar a oferta da Ilha da S. Jorge, com a manutenção de uma imagem de turismo de natureza, associado à experiência, seja através da qualificação dos nossos trilhos, das nossas Fajãs, através do canoeing, ou disfrutar do mar, sempre conjugado com os produtos locais e de alta qualidade e gastronomia.

Aqui gostaríamos de referir e enaltecer o trabalho também dos jorgenses, dos seus empresários que em conjunto com o Governo dos Açores conseguiram em cinco anos, fazer crescer 80% das dormidas, 75% do número de hóspedes e 109% o número de proveitos totais, atingindo em 2016 o melhor ano de sempre.

Face ao melhor ano de sempre em 2017 e face a período homólogo estamos a crescer 17% nas dormidas e 20% nos proveitos totais. Isto também desapareceu do discurso da oposição.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à educação desapareceu a escola Básica da Calheta, Igreja das Manadas, cultura ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma quantidade de investimentos que realmente foram concretizados nos últimos anos na Ilha de S. Jorge.

Aqui, pretendemos continuar o trabalho, com a conclusão da EBS de Calheta e com o início do Museu Francisco Lacerda.

Na saúde, teremos investimentos no Centro de Saúde de Velas e a decorrer no Centro de Saúde da Calheta.

Em relação às infraestruturas portuárias e equipamentos aeroportuários, temos prevista a conclusão das obras do porto das Velas e da sua gare e a conclusão da rampa ro-ro do porto da Calheta.

Relativamente às políticas de acessibilidade, devo dizer que o Governo Regional e as suas políticas levou a que S. Jorge, por via aérea e marítima, face a 2012, em 2016 tenha aumentado 18 mil passageiros a chegar à Ilha da S. Jorge, o que representa um aumento de 32%, tendo sido o ano de 2016 o melhor ano de sempre.

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa foi de tal maneira forte que o Deputado Tiago está a ficar branco!

O Orador: Mas face ao melhor ano de sempre e tendo a oposição dito que não houve melhoria das acessibilidades, estamos a crescer, outra vez, mais oito mil passageiros acima dos 13%.

Em relação às políticas de ambiente e de energia, temos investimentos importantes na selagem dos aterros sanitários da Ilha de S. Jorge, bem como a qualificação da Caldeira de Santo Cristo e a sua eletrificação.

Podemos dizer claramente que este é um bom Plano e mais um contributo para o desenvolvimento da Ilha de s. Jorge.

O Grupo Parlamentar do PS permitiu no passado recente pela sua concretização e execução, concretizar investimentos importantes e estruturantes para o desenvolvimento da Ilha de S. Jorge e continuará a dizer presente aos jorgenses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: Presente, na definição e implementação de concretização de investimentos que permitam a S. Jorge ultrapassar os desafios do presente e do futuro.

O Plano de 2018 é assim mais um contributo decisivo para que o PS cumpra e honre os seus compromissos para com os jorgenses, para o bem do futuro de S. Jorge e dos Açores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento em debate nesta casa, relativo à componente Ambiental, versa sobre uma quantidade considerável de matérias - desde a conservação da natureza aos recursos hídricos, passando pelo ordenamento do território ou qualidade ambiental - tendo, no entanto, *como objetivo central* : a sustentabilidade ambiental dos Açores.

A rede de centros de interpretação dos Açores - património inquestionável dos Governos do Partido Socialista -, pretende dar forma a todo o trabalho e investimento dedicado às áreas do ambiente.

A sistematização de informações relevantes importantes para a interpretação das áreas protegidas, constitui-se como a face visível do investimento que tem sido implementado e incrementado, ao longos dos anos, por parte dos Governos do Partido Socialista nas áreas da conservação da natureza.

Sendo este um património do PS, e que muito nos orgulha, permitam-me que relembre aqui, nesta tribuna, que até 2000, ano de criação de um departamento do Governo Regional com competência exclusiva em matéria de ambiente, existiam na Região pouco mais do que as ecotecas do Pico, Graciosa e Ribeira Grande.

Foi, por isso, necessário iniciar-se um conjunto vasto de investimentos, que nos conduziram aos Açores que conhecemos hoje: uma Região ambientalmente sustentável.

Os nossos elevados padrões ambientais são reconhecidos internacionalmente, o que nos leva além-fronteiras e nos traz turistas em busca das nossas riquezas naturais, do nosso património, da nossa quietude, das nossas singularidades.

Os Açores contam hoje com 16 centros de interpretação ambiental, constituídos em rede, distribuídos por todas as ilhas dos Açores de um modo uniforme e rigorosamente geridos.

Em 2012 tivemos cerca de 67 mil visitantes, dois anos depois foram já registados 100 mil visitantes e no ano passado registámos 115 mil visitantes. Este aumento de visitas correspondeu a um aumento muito significativo dos Centros de Interpretação existentes na Região.

Até outubro passado, deste ano de 2017, com o mesmo número de centros de interpretação que em 2016, o número de visitas é já hoje de 125 mil, sendo que falta ainda contabilizar os últimos dois meses do ano.

Estes números revelam, assim, no nosso entender, que o caminho percorrido pelos Açores na última década - não só em termos de conservação da natureza e do nosso património natural, bem como na consolidação *do* nosso destino de natureza -, tem dado frutos, tem sido bem-sucedido e ainda tem uma boa margem para crescer de um modo sustentável.

Mas estes números, apesar de animadores e de indicarem que estamos no bom caminho, não nos *podem* deixar descansar: revelam sim que temos que continuar a trabalhar sempre mais e melhor, para que, também na área dos recursos naturais, se possa contribuir de um modo significativo para o desenvolvimento económico dos Açores. *Queremos que esse crescimento seja através da* criação de postos de trabalho, melhor remunerados, com ganhos efetivos para as famílias e para empresas açorianas, tal como temos conseguido conquistar.

Estes números, mostram-nos também que o investimento que tem sido feito, em matéria de Ambiente, ao longo dos últimos anos, não tem sido em vão e que estamos no caminho certo.

Refiro-me, por exemplo, aos investimentos nos diversos parques naturais; à atenção que temos dado aos nossos recursos naturais; a todo o trabalho de recuperação das nossas lagoas; à erradicação de espécies infestantes e repovoamento de áreas protegidas com espécies endémicas; nos sistemas de monitorização da qualidade ambiental ao nível do seu controlo integrado; no

compromisso que temos ao nível dos novos desafios em termos de alterações climáticas e na minimização dos impactes ambientais daí resultantes, entre muitas outras áreas.

Mas, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, ainda temos muito para fazer. A ambição do Partido Socialista é fazer sempre mais e melhor. Esta é a nossa imagem de marca.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê com agrado que em 2018, o Governo propõe-se a desenvolver, em termos de centros ambientais e de apoio ao visitante, mais investimento. Vamos, por exemplo, concluir a Rede de Centros de Interpretação Ambiental a que nos propusemos – recorde que este não é o fim de nada, mas sim o início de uma nova etapa, com desafios novos que serão vencidos. A otimização dos recursos deve ser mais evidente e os investimentos a realizar serão canalizados para outras temáticas, destacando-se a conservação da natureza e as alterações climáticas, que irão requerer toda a nossa atenção.

Realça-se assim, a inscrição no Plano de um número considerável de investimentos ao nível dos Centros de Interpretação das ilhas do Pico, Faial e Corvo, que contribuirão e constituirão uma mais-valia e valorizarão segmentos do nosso património natural e que, a par de outros, contribuirão de modo significativo para o Desenvolvimento que se quer dos Açores, um desenvolvimento cada vez mais sustentável.

Com trabalho e convicção, continuaremos aqui a trabalhar a bem dos Açores e dos Açorianos!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo e a Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Iniciamos agora as matérias referentes à Agricultura e Florestas.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Perante qualquer desafio, temos sempre duas opções: ou baixamos os braços e desistimos ou vamos à procura de soluções.

Nos Açores, temos optado sempre pela segunda opção, como comprovam vários momentos da nossa História.

No caso concreto do setor que tutelo há um ano, os agricultores têm dado provas consecutivas de resiliência e de determinação em vencer os desafios permanentes com que o setor se defronta.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Às adversidades mais recentes, que implicaram perdas consideráveis nos seus rendimentos, os agricultores açorianos responderam sempre com responsabilidade, empenho e muito trabalho, contribuindo dessa forma para o fortalecimento do setor agrícola nos Açores.

Esta atitude positiva e construtiva merece ser elogiada!

Da parte do Governo Regional, como é nossa obrigação, estivemos, estamos e estaremos sempre disponíveis para trabalhar pelo crescimento e modernização do setor, não só pela sua importância que tem do ponto de vista económico, mas, sobretudo, porque acreditamos seriamente no potencial e no futuro da agricultura nos Açores.

O percurso trilhado nos últimos anos foi, inquestionavelmente, de desenvolvimento, de reforço estrutural e de criação de valor!

E refiro apenas um exemplo: a evolução do volume de negócios das cinco principais indústrias de laticínios, que registou um crescimento superior a 40% em 10 anos.

Por isso, afirmar que a agricultura tem perdido importância no tecido produtivo da Região é pura demagogia e não acrescenta nada ao setor!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Paralelamente, esta realidade resulta da estratégia delineada pelo Governo Regional de se manter sempre em estreita parceria com as associações agrícolas, cooperativas e com a indústria.

Tem sido um caminho trilhado em absoluto diálogo e com transparente troca de ideias e de pontos de vista, embora por vezes diferentes, para que daí resultem as melhores políticas públicas e as melhores decisões a favor da agricultura e de todos os que investem neste setor.

Refiro três exemplos recentes de sucesso deste trabalho de diálogo e concertação com a Federação Agrícola dos Açores e que resultou no seguinte:

- O acordo que reduziu o rateio do prémio ao abate de 18% para menos de 10%, representando uma ajuda regional de 1,4 milhões de euros;
- A revisão da proposta do POSEI para 2018, onde acordámos a melhor distribuição de verbas pelas diferentes ajudas, indo de encontro às prioridades de desenvolvimento do setor;
- As propostas da Região para o futuro da PAC pós 2020, que contaram com os importantes contributos da Federação Agrícola, de forma a defendermos e acautelarmos os interesses da agricultura dos Açores junto do Governo da República e das instâncias europeias.

A constante proximidade e o diálogo com os agricultores, associações, cooperativas e indústria permitiram-me constatar que, de Santa Maria ao Corvo, há confiança e um enorme potencial.

Permitiram-me igualmente testemunhar a capacidade empreendedora dos jovens agricultores, a sua motivação e a sua convicção em continuar a apostar na agricultura e a contribuir para o seu rejuvenescimento e consequente modernização.

Quando chegarmos ao final deste ano teremos 100 projetos aprovados para primeiras instalações de jovens agricultores.

Esta é a melhor garantia de que a agricultura tem futuro nos Açores!

Garantiremos também esse futuro com a implementação, no próximo ano, do Programa Jovem Agricultor, que virá facilitar a entrada de jovens no setor agrícola e assegurar ainda a sua sustentabilidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A superação dos desafios com que nos confrontamos permanentemente impõe-nos escolhas complexas, até porque os recursos disponíveis são limitados.

Em todo e cada momento, o Plano de Investimentos deverá responder a estes desafios.

Por isso, mesmo que seja necessário adiar uma obra entretanto anunciada, nunca deixaremos de o fazer, porque, em cada momento, há que tomar a decisão que mais e melhor favorecerá a agricultura, sem nunca abdicarmos de partilhar essa decisão com os parceiros do setor.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: O Plano que aqui se apresenta é credível, ambicioso e atento aos desafios do setor para este novo tempo que se pretende de crescimento sustentável.

A Agricultura e Florestas representa na proposta para 2018 170 milhões de euros, cerca de 22,6% do total do investimento público previsto, garantindo assim boas dotações destinadas à agricultura e às florestas, sinal bem evidente e demonstrativo do empenho do Governo Regional em manter níveis de investimento compatíveis com a prioridade que dá a este setor.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): E a poupa?

O Orador: O aumento de 10,2% no preço do leite pago ao produtor registado no último ano e os indicadores mais recentes são um sinal de confiança e também de esperança para que a diferença de 2,4 cêntimos do preço do leite pago ao produtor nos Açores, em relação ao continente, e de 8,4 cêntimos, em relação à Europa, possa vir a ser esbatida, de modo a que produção de leite continue a ser atrativa e rentável para os agricultores.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): De quem é a poupa?

O Orador: É fundamental prosseguir o esforço de acrescentar valor ao leite de excelência que os nossos agricultores produzem.

É preciso apostar cada vez mais na inovação e na notoriedade para conquistar novos mercados.

Só assim será possível aumentar o rendimento de toda a fileira do leite.

Este é um desafio a que a indústria terá que dar resposta.

Em janeiro, abriremos mais um aviso no PRORURAL+ para candidaturas no apoio a projetos piloto e ao desenvolvimento de novos produtos, práticas, processos e tecnologias no setor agrícola, no valor global de meio milhão de euros.

Desta forma, criamos condições objetivas para o surgimento de projetos inovadores e promotores da produtividade e da eficiência do setor agrícola, e da sua rentabilidade e competitividade.

Em 2018, daremos maior ação ao Centro Açoriano do Leite e Lacticínios, seja com a promoção de estudos, seja no acompanhamento contínuo dos mercados, por forma a tornar o setor do leite mais forte e rentável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aposta na diversificação, não só enquanto fator inibidor de importações de géneros alimentares, mas também como exportador, constitui igualmente um meio para melhorar a rentabilidade da atividade agrícola.

Com um investimento público aprovado de 18 milhões de euros, através do VITIS, estima-se que, em 2018, a Região tenha 1.000 hectares de área de vinha apta para a produção de vinho certificado.

Este enorme potencial deve-nos motivar para mobilizar mais investidores para a transformação, que permita uma valorização do vinho nos mercados da exportação e a sustentabilidade desta importante atividade no futuro.

Neste âmbito, os viticultores dos Açores com projetos aprovados na campanha de 2017/2018 ao abrigo do VITIS podem, desde já, solicitar um pedido de pagamento antecipado até 80% da ajuda aprovada.

Em breve, será apresentada a Estratégia Regional para a Agricultura Biológica, desenvolvida por um Grupo de Trabalho que conta com a colaboração de docentes da Universidade dos Açores e de representantes das organizações do setor, com particular atividade nesta área.

Nos últimos anos o modo de produção biológico tem vindo a despertar o interesse crescente ao qual os Açores não são exceção.

Presentemente, observam-se sinais muito positivos de reforçado interesse, quer da indústria quer dos produtores, para a produção de carne e de leite em modo biológico.

Esta é, claramente, uma estimulante oportunidade de negócio, com mais-valias confirmadas para os produtores com mercado assegurado.

Este é o caminho que pretendemos percorrer!

Este é o caminho que os Açores e os seus produtores necessitam!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os setores agrícolas, agropecuário e agroindustrial continuam a ser geradores de muitos postos de trabalho sustentáveis e de riqueza, muito por força dos investimentos realizados para reestruturar e modernizar as estruturas produtivas e transformadoras.

Este Plano disponibiliza as verbas necessárias para capacitar e modernizar a indústria agroalimentar.

Serão 1,75 milhões de euros que potenciarão um investimento global superior a 27 milhões de euros.

Nos últimos anos foram empregues avultados meios financeiros em caminhos, no abastecimento de água e na eletrificação das explorações que contribuiriam, quer para a redução dos custos de exploração, quer para aumentar a competitividade do setor.

As reivindicações recorrentes de todo o setor para este tipo de intervenções mostram bem o quanto são importantes para a melhoria do rendimento dos agricultores.

Pese embora este salto qualitativo, em 2018 haverá um reforço muito significativo no investimento destinado às infraestruturas agrícolas, que obteve

um crescimento de 135% na dotação orçamental em termos de Orçamento da Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À medida que nos aproximarmos de 2020, os fundos do PRORURAL+ vão-se esgotando, resultado da sua boa aplicação no reforço da modernização e no acréscimo da competitividade do setor, de forma a impulsionar a sua vocação exportadora.

Contudo, este Plano afeta ainda 4,3 milhões de euros para potenciar 31,1 milhões de euros de investimento para a requalificação das explorações agrícolas.

Com as atuais taxas de compromisso de 70% e de execução de 39%, quando chegarmos ao final deste ano teremos 436 projetos de investimento em explorações agrícolas aprovados, equivalentes a um investimento de 25,4 milhões de euros.

Este dinamismo e confiança demonstrados pelos agricultores darão um forte impulso neste novo tempo de fortalecimento da agricultura.

No que respeita às estruturas de abate, entrarão em funcionamento no próximo ano dois novos matadouros – do Faial e da Graciosa - e serão concluídas as obras das unidades de abate da Terceira e São Miguel, que passarão a dispor de uma maior capacidade de frio e melhor operacionalidade.

Estas obras, a par da certificação dos matadouros, darão resposta às necessidades dos agricultores, garantindo condições de excelência para um maior crescimento da fileira da carne, criando vantagens competitivas na segurança e qualidade alimentares, com vista a reforçar a valorização da carne dos Açores nos mercados nacionais e internacionais.

Na próxima segunda feira, será formalmente constituído o Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores, tendo como sócios fundadores a Região, a

Federação Agrícola dos Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Juntamos assim vontades e competências, com a missão de encontrar e aperfeiçoar mecanismos de promoção, valorização, aconselhamento e análise dos mercados nacionais e internacionais, com vista ao fortalecimento da fileira da carne, que está em crescimento moderado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! E a universidade também devia estar!

O Orador: Transformar as vantagens da qualidade ambiental, do nosso elevado estatuto sanitário, da excelência da genética, do bem-estar animal e da segurança alimentar, mais do que um compromisso é uma oportunidade que tem que ser aproveitada para uma maior valorização das nossas produções.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A universidade fica sempre de fora!

O Orador: Cumprimos este compromisso quando neste Plano afetamos mais de cinco milhões de euros para a Sanidade e Segurança Alimentar, Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal, que são fatores determinantes para a competitividade da Região.

Os agricultores bem sabem o quanto este trabalho tem sido importante para a redução dos custos das explorações agrícolas e o quanto pode potenciar a valorização da qualidade dos produtos regionais de origem bovina.

O Plano continuará a potenciar os rendimentos e a competitividade das explorações agrícolas, através do regime de apoio à redução dos custos com a atividade agrícola, assegurando três milhões de euros para os programas PROAMAF, SAFIAGRI III e AGROCRÉDITO e aumentando em 3,7 milhões de euros a componente regional no POSEI.

Em 2018, iremos ainda garantir os meios para o adiantamento do prémio aos produtores de leite, efetuado pela indústria e pelas associações agrícolas.

Serão 12 milhões de euros que reforçarão a liquidez na tesouraria das explorações agrícolas.

Estão ainda asseguradas as dotações para o cumprimento das obrigações no âmbito dos pagamentos diretos no apoio à manutenção da atividade agrícola e dos pagamentos Agroambientais e Natura 2000, num investimento global de 28 milhões de euros, dos quais quatro milhões de euros são de verbas próprias da Região.

O setor florestal tem uma importância económica considerável e um potencial de expansão enorme.

Embora nos próximos quatro anos exista um potencial de crescimento dos 100 contentores de 40 pés exportados atualmente, importa agora incrementar o comércio para novos mercados e identificar novas utilizações com maior valorização de forma a aumentar a competitividade do setor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por tudo o que foi dito, o Plano para a Agricultura potencia mais crescimento e mais rendimento para os Agricultores.

É, por isso, um Plano que responde com ambição aos desafios da agricultura, apesar de sabermos que o trabalho na agricultura é sempre uma tarefa inacabada.

Temos confiança no trajeto que fizemos ao longo destes anos, mas também sabemos que há sempre mais a fazer pela melhoria do rendimento dos agricultores e pelo reforço da sustentabilidade da agricultura.

Ser agricultor não é uma missão fácil.

No caso particular dos Açores, existem condicionantes acrescidas a que a agricultura está sujeita, quer de natureza climática e geográfica, quer de escala e de distância dos mercados.

Os desafios são, pois, maiores.

Podem, por isso, contar com a ação empenhada e determinada do Governo para vencer estes desafios.

É isso que os agricultores e os Açorianos esperam do Governo, para continuarmos a ser merecedores da sua confiança.

Muito obrigado pela atenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O maior desafio da produção de leite e laticínios dos Açores já não é o de saber produzir com qualidade, isso já o fazem com sabedoria e eficácia os produtores há longa data, mas sim valorizar essa qualidade nos mercados e junto dos consumidores certos, num processo de internacionalização das empresas fazendo chegar esse esse valor aos produtores.

O senhor Presidente do Governo e o senhor Secretário de Agricultura, em diversos momentos ao longo deste ano, têm-se pautado por relembrar a necessidade de aumentar o preço de leite. Foi assim com João Ponte, em dezembro de 2016 quando visitava a UNILEITE;

Foi em fevereiro de 2017 com a fábrica da INSULAC, que reafirmou essa necessidade;

Foi numa visita ao Faial em que alertou que era preciso pagar melhor o leite aos produtores;

Foi, recentemente, relativamente ao leite na Ilha do Pico.

Portanto, temos aqui um Secretário que na verdade se junta à posição do Sr. Presidente do Governo ainda na passada semana, a dar nota da tormenta por que passa o setor leiteiro e a chamar a atenção para a necessidade do aumento do preço do leite.

Muito bem, naturalmente que as indústrias para aumentarem o preço do leite, têm que ter as condições e têm que ter uma estratégia que as conduzam no caminho certo. Quando há incentivos públicos ao investimento, quer da União Europeia, quer determinados pelo Governo Regional, as empresas, quer agrícolas, quer agroindustriais, precisam de uma linha de rumo para saber que tipo de investimentos devem fazer para terem com eficácia o aumento da valorização da cadeia.

Algumas perguntas merecem ser feitas ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Primeiro: tem a Secretaria Regional e o Governo as contas em dia com as fábricas de lacticínios, designadamente com o subsídio por litro de leite que estas asseguram mensalmente;

Segunda questão: a Comissão Europeia disponibilizou 111 milhões de euros em 2016, dos quais 9 milhões só para o leite, e sucessivamente fará até 2020 para a promoção de produtos agrícolas na União Europeia e no mercado externo. Foi uma luta da nossa Deputada Sofia Ribeiro, em diversos momentos, quer junto de entidades públicas, quer privadas, ...

Deputado André Bradford (PS): Sim, sim! Deve ter sido, deve!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a relembrar a disponibilidade de recursos da União Europeia para fazer aquilo que é preciso fazer, promover o leite dos Açores à escala nacional e internacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Disse o Sr. Secretário Regional, em fevereiro deste ano, que no âmbito do Centro de leite e Lacticínios, iriam dentro de dias entregar uma candidatura a essa campanha.

A pergunta que se impõe é: onde pára a candidatura apoiada e do Governo Regional nessa matéria, já que estamos hoje confrontados com problemas de mercado e de valorização?

Terceira questão: que negócios dos Açores estão apoiados pelo Governo no mercado do Canadá, após o acordo do CETA? É sempre referenciado o potencial do queijo de S. Jorge enquanto produto certificado, com possível entrada no Mercado canadiano.

Que esforços, que investimentos e que acordos estão feitos com a mediação do Governo Regional, neste sentido?

Por que razão quer o Governo Regional adiar para 2018 o pagamento de um conjunto de ajudas aos agricultores que são da campanha de 2017, designadamente as indicadas pela Federação Agrícola dos Açores, num montante de oito milhões de euros?

Um Governo que tem contas em dia e finanças saudáveis, não pode estar permanentemente a adiar os seus compromissos, não cumprindo a tempo e horas com as suas obrigações.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo enviou a Bruxelas uma proposta de revisão do Posei para 2018. Foi esta versão final enviada aos parceiros sociais agrícolas?

Por fim, por que razão os agricultores não recebem informação escrita e clara sobre os valores a que se candidatam as ajudas públicas, e a razão pela qual diferem os valores da candidatura, as correções, os rateios e na verdade os agricultores desconhecem, efetivamente, o que é que lhes é colocado na conta que difere da sua candidatura?

São essas as questões que gostaria de momento de ver respondidas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu queria começar por duas notas prévias em relação à discussão desta matéria. Começar por referir que na discussão que antecedeu, e no debate público que antecedeu a preparação do Plano e Orçamento, surgiram um conjunto de críticas e alguns setores a acusarem a orientação do Governo e do PS, em termos que eu acho que merecem ser aqui totalmente esclarecidos, sendo que já foram, mas eu gostava de frisar, particularmente esse aspeto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e deixar muito claro que para o PS não há uma rivalidade, nem há um confronto, nem há uma substituição entre o setor do turismo ou outro qualquer setor emergente ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o setor da agricultura, ou até o nosso setor primário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso tem que ficar muito claro! Para nós são atividades complementares e todas têm um papel importantíssimo na nossa economia, a gerar riqueza, a gerar emprego, por isso mesmo esta distinção tem que ficar muito clara.

Depois, há uma outra questão que também foi aqui referida pelo Sr. Deputado António Almeida que eu também gostava de salientar.

Nós estamos plenamente de acordo, Sr. Deputado, registo isso, nesta estratégia que temos que seguir novos mercados, valorização dos nossos produtos, integração de valor e fazer refletir esse acréscimo no rendimento dos nossos produtores e também das nossas indústrias. O setor em si também não pode viver de conflitos entre a parte comercial, a parte industrial e os produtores.

Deputado André Bradford e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É muito difícil fazer essa concertação, deixo aqui esse reconhecimento ao grande trabalho que o Sr. Secretário e o Governo têm feito nesta área, é difícil fazê-lo, mas nós temos essa orientação política que é fundamental para o nosso setor.

Queria também dizer-lhe, Sr. Deputado, enfatizou muito o trabalho, que eu confesso que desconheço da Sra. Eurodeputada ...

Deputado André Bradford (PS): Nós também!

O Orador: ... deve ser falha minha, certamente, ...

Deputado António Almeida (PSD): É sim senhor!

O Orador: ... mas queria dizer-lhe que nessa estratégia de promoção dos nossos produtos da agricultura, não está apenas em causa (eu sei que o senhor pensa assim, mas não o referiu, e eu gostava de deixar também isso claro) a questão do leite, também todos os produtos derivados do leite. Todos os nossos produtos industriais têm um papel muito importante aqui em terem um posicionamento que permita mais rendimento para o setor.

Também registo, Sr. Deputado, que o senhor veio aqui fazer um conjunto de perguntas que são relevantes e que são importantes, é verdade, mas o senhor já não acusa o Governo de falta de estratégia para o setor da agricultura.

Portanto, é uma evolução muito positiva que eu queria aqui sublinhar da parte, estou certo do PSD e particularmente aqui transmitida pelo Sr. Deputado, porque no fundo prova que o PSD, no fundo, no fundo, reconhece que há essa estratégia e reconhece que nós estamos a fazer um caminho de mérito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Fica-lhe muito bem, Sr. Deputado, e eu confesso-lhe que não esperava outra coisa de si.

Queria também dizer que nós olhamos com grande confiança para o setor da agricultura e para o futuro da agricultura.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos que há produtores que passam grandes dificuldades, mas nós temos grande confiança neste futuro da nossa agricultura e basta referir que houve um crescimento, depois de vários anos de dificuldades e fruto de muito trabalho o Sr. Secretário aqui explicou muito bem parte destas medidas, nós já tivemos um aumento de 9,5% da faturação da comercialização de produtos lácteos; tivemos um crescimento, até setembro, de 3,8% do leite descarregado em fábricas, portanto nós temos fundamento para essa confiança porque ela se sustenta em números reais de produção industrial, de produção agrícola e isso é fundamental...

Deputado André Bradford (PS): Um novo ciclo!

O Orador: ... e é também traduzida naquilo que já foi aqui dito, não só numa programação de 170 milhões de euros para a agricultura, para investimento ligado à agricultura, como também se traduz em mais de 400 projetos de investimento e mais de 100 novos projetos de investimento de jovens agricultores ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... projetos que estão a integrar o rejuvenescimento do setor, a mecanização, a introdução, a integração tecnológica e a inovação.

É esse futuro que nós queremos ver que se continue a construir e por isso nós também queremos aqui salientar, e com isso termino, o trabalho que está a ser feito e que já começou há algum tempo e que vai obviamente também ultrapassar o prazo de vigência dos documentos que nós estamos aqui a discutir

para o próximo ano, refiro-me à preparação dos fundos comunitários após 2020 e aí há muita coisa a fazer, quer no primeiro pilar, quer no segundo pilar, nós temos medidas muito importantes, é preciso consolidar medidas, é preciso inovar noutras medidas e esse trabalho é importantíssimo e os agricultores sabem que o Governo e o PS estão do seu lado, a defender os seus interesses porque é nisso que nós nos empenhamos, é este o nosso compromisso eleitoral com os nossos agricultores e nós vamos honrar este compromisso, vamos continuar a defender a nossa agricultura e conosco a agricultura continuará a ser o setor mais relevante da nossa economia.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Admiro não haver respostas às questões que coloquei.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vai haver!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa continua sem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu ia responder às questões, só que estava a tentar gerir o meu tempo, quando chega a agricultura o tempo é sempre pouco, ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): É como a SINAGA!

O Orador: ... portanto tem que ser bem gerido, é como os recursos na agricultura, têm que ser muito bem geridos.

Respondendo primeiro às questões da sra. Deputada Catarina Cabeceiras em relação ao queijo de S. Jorge.

Muito rapidamente, é preciso perceber que o que aconteceu com o queijo de S. Jorge não teve nada a ver com a perda de credibilidade ou perda de quota de mercado ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): É a estratégia!

O Orador: ... houve uma evolução muito grande neste domínio e o que aconteceu, num passado recente, foi que os mercados não conseguiram absorver a valorização que houve em termos de certificação de queijo.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Isso já sabemos!

O Orador: Aquilo que o Governo tem feito, quer no âmbito da SRAF, quer com a SDEA, tem sido na ajuda em encontrar novos mercados externos, ações de notoriedade e visibilidade, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): O que é que fizeram?

O Orador: ... promoção de eventos com ligação ao vinho do Porto, que decorreu no Porto, tendo em vista encontrar nichos de mercado para aqueles queijos que têm mais tempo de cura; no apoio ao alargamento na presença do queijo de S. Jorge em outras cadeias comerciais e ainda recentemente apoiamos e estamos a financiar uma campanha da promoção do queijo de S. Jorge de âmbito nacional.

Por parte da Lactaçoeres temos conhecimento que a Lactaçoeres incrementou a equipa de comerciais para o mercado internacional e na verdade aquilo que aconteceu nos últimos tempos foi uma evolução muito considerável na redução de stocks, ou seja, entre setembro deste ano e hoje, houve uma redução de quase 20% nos stocks de queijo, o que naturalmente quer dizer que estamos no bom caminho e estamos no caminho certo, tendo em vista a maior valorização do queijo de S. Jorge e o Governo tem acompanhado muito de perto essa situação. Eu já fui pelo menos quatro ou cinco vezes a S. Jorge reunir com a Uniqueijo, no sentido de trabalhar para encontrar soluções, o que é verdade é que hoje os resultados estão à vista.

Se foi ou não com a ajuda do Governo, o que importa aqui é que os resultados são positivos e estamos no bom caminho.

Em relação a matadouro de S. Jorge, como a Sra. Deputada sabe, e bem, o matadouro atual dá respostas às necessidades. Os abates em 2015 e 2016 cresceram 43%, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente por isso, foi a ilha que mais cresceu e o senhor não faz nada no matadouro!

O Orador: ... 73% destinado à exportação; este ano estamos com uma taxa de crescimento de 40% e continua-se a exportar, não fica nenhum animal para abater e na verdade existe um potencial de crescimento e de abate até aos 4 000 animais,

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É a ilha que está a crescer, é preciso infraestruturas novas!

O Orador: Nós para o ano vamos realizar obras na abegoaria, vamos realizar obras com vista à certificação.

As obras que são necessárias, tal como já foi dito, não são possíveis fazer agora porque não há fundos disponíveis no PRORURAL, serão feitas logo que seja possível.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É a que mais cresceu, necessita de infraestruturas novas!

O Orador: Sr. Deputado António Almeida, muito rapidamente, as contas em relação à indústria, nós ainda não pagamos á indústria de S. Miguel o escudo e vinte cinco, portanto vamos pagar muito em breve, até ao final do ano.

Em relação á candidatura dos produtos lácteos financiados pela Comissão Europeia, de facto houve uma candidatura que foi apresentada no âmbito local, por um dos sócios.

A nossa candidatura não foi aprovada. De um total de 190 candidaturas só foram aprovadas 52 e 50% delas correspondem aos países de França e Espanha. Em relação ao CETA nós temos acompanhado de perto também esta situação. A grande vantagem do CETA é permitir o aumento da quota de importação de queijo de 13 mil toneladas, para as 30 000 toneladas.

Ainda recentemente numa feira que se realizou no Canadá, com a presença do Comissário Europeu da Agricultura, esteve presente uma representação regional com indústrias, tendo em vista a promoção do queijo.

É um mercado com forte presença açoriana, com voos diretos a partir dos Açores, existe já uma grande ligação do ponto de vista da exportação e estamos em crer que será uma grande mais valia.

A revisão do POSEI como sabe foi feita de forma articulada com todos os representantes do setor. A proposta ainda não foi aprovada, já houve um conjunto de questões remetidas pela Comissão Europeia e logo que haja essa aprovação será remetida, naturalmente, e serão informados todos os parceiros do setor.

Não estou a ver qual é a questão que tem em relação à informação clara sobre os produtores, presumo que tenha a ver quando um agricultor recebe uma ajuda não sabe de que ajuda se refere.

Portanto esta é uma questão que nós estamos a tratar com o IFAP, tem a ver com questões informáticas. É público que o IFAP no passado recente teve questões muito complexas com a informática, mas esperemos que isso seja resolvido muito rapidamente.

Em relação aos oito milhões que fala a Associação Agrícola, parte desses milhões não resulta de compromissos do Governo, resulta sim de uma assunção por parte da Federação que haveria pagamentos no que se refere, por exemplo, aos 45 euros, que foi uma questão que já foi esclarecida pelo Sr. Presidente do Governo, a semana passada, portanto esses oito milhões não correspondem à realidade daquilo que são os compromissos que o Governo tem para o setor e que não estão em dia, que é o escudo e vinte cinco com as indústrias e é o pagamento dos transportes aos adubos que ainda também não foi pago e muito provavelmente será pago até ao final do ano. Para além disso não existem mais valores em dívida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, lamento dizer-lhe que a parte do Governo Regional ficou por fazer.

As indústrias obtiveram cerca de 27 milhões de euros inscritos, 26 milhões no último Plano e agora tem a nova inscrição de cerca de 27 milhões para efeitos de investimento. Fizeram o seu processo de modernização. Os agricultores produzem com qualidade, quando o Governo tem um instrumento disponível para promover o leite, falha!

É preciso saber por que é que não foi aprovada, é preciso saber, à data, porque já estamos quase a caminhar para um ano desde essa decisão, que outros

instrumentos é que o Governo pôs ao dispor da indústria e dos produtores para valorizar a fileira do leite?

Relativamente aos atrasos de pagamento, independentemente de haver algum contencioso, ou alguma ajuda que o Governo acha que não deve pagar, devida ou indevidamente, a pergunta que fiz é: porquê adiar as restantes para 2018, entrando em incumprimento com o calendário de ajudas e com os compromissos que estavam previstos, para 2017?

Relativamente à versão final do POSEI a informação que tenho dos parceiros sociais, das várias associações é que desconhecem a versão final que foi remetida a Bruxelas, quando havia um compromisso de apresentar a versão final, antes de ser remetida a Bruxelas.

Portanto, esse seu relacionamento com os parceiros sociais também falha e convém que não falhe porque na verdade eles não sabem que compromissos o Governo acabou por apresentar à Comissão Europeia, relativamente a um instrumento tão importante como o POSEI.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o prémio da ajuda dos 45 euros extra à vaca leiteira que desapareceu do Plano, deixou de ter dotação, encontra-se inscrito no POSEI, onde diz claramente que o pagamento desta ajuda fica dependente da disponibilidade da Região Autónoma dos Açores.

Se o Governo é pessoa de bem, onde é que estão inscritos os 4,1 milhões para pagar a ajuda à vaca leiteira, dos 45 euros?

Deputado José San-Bento (PS): Isso já foi explicado, Sra. Deputada!

A Oradora: Mais, no POSEI 2018, apesar do senhor não ter dado conhecimento aos parceiros, eu já o li e continua a constar lá, agora não com o valor de 45, mas 39 euros para todas as ilhas. Onde é que está a dotação orçamental para pagar esta ajuda?

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Isso foi explicado sexta-feira, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só tenho um minuto.

Sra. Deputada Graça Silveira, a opção do Governo foi deixar previsto no POSEI essa possibilidade, agora isto depende sempre de uma decisão política e como sabe houve um compromisso em 2015 e 2016 e foi cumprido esse compromisso.

Em relação a 2017, a questão foi muito bem explicada, de forma clara e inequívoca, pelo Sr. Presidente na abertura do último concurso Holstein Frísia, em S. Miguel.

Não se trata de uma derrota o facto da candidatura não ser aprovada, agora nós temos que perceber, ainda não recebemos notificação oficial, por que é que a candidatura não foi aprovada.

Agora isso só nos motiva para continuarmos a insistir no futuro em novas candidaturas, quando de facto houver abertura de novos concursos.

Em relação àquilo que são verbas que transitam. Não transitam verbas nenhuma deste ano, para o ano seguinte! A única decisão que foi tomada este

ano e foi a favor dos agricultores, foi a redução do prémio ao abate, este de facto porque não estava previsto em orçamento, será pago no âmbito do Orçamento do próximo ano, portanto não há desvio nenhum de verbas de um ano para o outro.

Em relação ao POSEI, a última reunião que nós tivemos com a Federação Agrícola, foi presente a última versão que esteve sobre a mesa e a Federação Agrícola foi informada e o nosso processo negocial no âmbito do POSEI foi com a Federação Agrícola.

Agora, de facto não foi remetida a cópia *tout court*, que foi enviada para Bruxelas, mas a Federação Agrícola tinha perfeito conhecimento daquilo que foi remetido para Bruxelas, porque todo o processo foi negociado com a Federação Agrícola, aliás já tivemos oportunidade de remeter isso entretanto.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado está muito mal informado, isso nem parece seu! Isso está pior do que Gabinete de Estudos do PSD!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, então chegamos mesmo à conclusão que o Governo não é pessoa de bem! Eu leio-lhe o que está escrito no POSEI: “o pagamento do suplemento ao prémio fica sujeito à existência de disponibilidade financeira da Região Autónoma dos Açores, em cada exercício financeiro”.

Inscreve no POSEI e não cria disponibilidade financeira, enganando o setor e não dando qualquer ajuda à reestruturação do setor leiteiro! Isto não é ser sério, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(Pausa)

Sr. Deputado José San-Bento, peço desculpa porque o Sr. Secretário Regional pediu a palavra. Para uma interpelação?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a ...?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Protesto, o Governo não é uma pessoa de bem!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, caros colegas: É para um protesto.

A Sra. Deputada Graça referiu que o Governo não era uma pessoa de bem e eu vou explicar mais uma vez.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Senhora Presidente, se isto é um protesto, é um protesto ao que eu disse!

O Orador: Exatamente e eu vou demonstrar que este Governo ...

Presidente: Sra. Deputada, o Sr. Secretário dispõe de 3 minutos para justificar e depois a Sra. Deputada terá 2 para justificar as afirmações que fez.

Sr. Secretário, faça favor.

O Orador: Eu vou explicar por que é que o Governo é uma pessoa de bem.

Como sabe esse tipo de ajudas têm que estar previstas no âmbito do POSEI, para não contarem para efeitos mínimos e para não ser considerado um massivo do Estado.

Aquilo que o Governo fez foi deixar prevista na proposta do POSEI esta possibilidade que depende sempre de uma decisão política.

Se o Governo, naturalmente, tivesse decidido este ano que ia pagar os 45 euros, faria a inscrição no Orçamento; se decidir que no próximo ano irá pagar os 45 euros, naturalmente teria que haver inscrição no Orçamento.

Não havendo esta decisão política, não tem que estar inscrita a dotação em orçamento, Sra. Deputada! Isso é trivial!

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, terão tempo para esclarecer.

O Orador: Fica provado, de forma clara, que o Governo é uma pessoa de bem e cumpre aqui com a sua palavra, tal como cumpriu na questão dos 45 euros do POSEI.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para um contraprotesto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira. Dispõe de 2 minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Peça desculpa!

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Secretário não pediu, porquê a Sra. Deputada vai pedir?

A Oradora: Sr. Secretário, ou o Governo não é pessoa de bem porque engana os açorianos, ou não é pessoa de bem porque engana Bruxelas, porque esta ajuda extra dos 45 euros foi criada por uma Resolução do Governo 75/2016 e que não tinha inscrição no POSEI. Só quando acabou a dotação orçamental,

com a medida no Plano para o pagamento desta ajuda extraordinária, é que os senhores inscreveram pela primeira vez no POSEI.

Portanto, ou era uma ajuda que tinha que ser declarada a Bruxelas e estavam em incumprimento em 2016, e não foram pessoa de bem com Bruxelas, ou agora inscrevem no POSEI, não criam dotação orçamental e estão a faltar à palavra com os açorianos.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não insista no erro, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José San-Bento que já estava inscrito tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a Sra. Deputada não tem qualquer razão naquilo que refere, aliás esta matéria ...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Sou uma pessoa bem informada, Sra. Deputada!

... foi claramente assumida e explicada pelo Sr. Presidente do Governo, pelo Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sim, sim, foi assumida pela comunicação social!

O Orador: Ainda recentemente, na última sexta feira, esta questão tornou-se pública, é do conhecimento público e o Governo seguiu outra prioridade política. Não pagará esse prémio, mas canalizará verbas para apoiar o investimento e a modernização da nossa agricultura. Tão simples quanto isso!

Perante este quadro, de total transparência e de total clareza, a senhora não pode vir aqui fazer esse tipo de acusação totalmente infundada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, dispõe de cerca de 1 minuto e meio, para intervir.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, digo-lhe uma coisa: quem tem uma exploração leiteira, inicia o seu ano a pensar que vai ter aquela medida e no fim do ano o Governo vem em total transparência dizer que afinal não decidiu pagar a ajuda, está tudo esclarecido em relação à sua transparência.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas isso não foi assumido nesses termos!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PPS e de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Secretário, a primeira das quais diz respeito aos produtos qualificados da Região.

Foi apresentado pelo PSD, a esta Assembleia, um requerimento sobre o modelo que está a ser adotado de implementação das regras aprovadas, muitas delas, em função dos regulamentos comunitários, que levam à credibilização dos produtos regionais e que só assim podem fazer valer a marca Açores.

O requerimento ainda não foi respondido, mas de qualquer forma dos sete produtos regionais qualificados, há notas que ficam, de preocupação.

A primeira é que o relatório nacional da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, revela que alguns desses produtos, há vários anos, não têm uma única unidade classificada, ou seja, certificada.

Portanto, não vale a pena Sr. Secretário, haver comitativas do IAMA a passar pela Região, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Tudo vale a pena, Sr. Deputado!

O Orador: ... neste momento, por várias ilhas, a dizer que rapidamente temos que ter produtos classificados, porque na verdade a classificação desses produtos faz-se com extensão rural, no terreno, continuamente e com técnicos que estejam fixados nessas ilhas, não por telefonema, nem por métodos informáticos.

Outra questão que gostaria de colocar e que diz respeito ao Pico, concretamente, sobre as infraestruturas para a agricultura, os números demonstram claramente que é o pior cenário, e no terreno percebe-se isso sobre os caminhos agrícolas, os dados de investimento do IROA 2013, 7.9% do investimento regional; 2014, 2.7% do investimento regional; 2015, 2.9% e 2016, 3.2%.

Portanto, fica claro que não vale a pena fazer propaganda dos atos de manutenção, conservação e investimento de caminhos agrícolas do Pico, porque não existe, os agricultores sentem e é uma preocupação que se vem a arrastar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, queria deixar aqui absolutamente claro que nunca foi criado, nem da parte do Governo Regional, nem da parte de algum membro do PS, a expectativa junto de qualquer agricultor, de que este prémio seria pago em 2018 ou em anos subsequentes.

Essa expectativa não foi criada, não fomos nós que demos esta expectativa aos produtores e aos agricultores, conforme a senhora referiu.

Esta matéria já foi devidamente explicada, já foi referido por que é que a tramitação foi feita nos termos em que foi feita, portanto a senhora não tem razão em insistir nesta polémica.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, com cerca de 1 minuto.

Para uma interpelação?

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar a Mesa que irei fazer chegar uma cópia do documento do POSEI, onde diz claramente que a ajuda será paga se houver disponibilidade orçamentada pela Região.

Muito obrigada.

Presidente: Depois de recebido pela Mesa, será então distribuído por todos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria realçar que este Orçamento que é apresentado em relação à Ilha do Pico para os caminhos florestais, deixa muito a desejar.

O Pico é a ilha que tem a maior extensão de caminhos florestais e é das que menos recebe.

Os caminhos florestais, como já foi aqui falado pelo meu colega Marco Costa, estão num estado lastimoso, os caminhos que servem os agricultores, que servem muito turismo, porque circulam nas partes mais altas da ilha para as lagoas e uma parte desses caminhos, a grande maioria deles, quer seja em terra batida, quer seja em alcatrão, estão num estado lastimoso.

Bem sei que agora estão a intervir no caminho dos matos de S. João, mas não é claro a nota, por exemplo, que o GaCS deu no início deste mês, de que estavam a decorrer obras no caminho do Landroal. Já não se trabalha no caminho do Landroal há muitos meses, anos!

Tal como eu disse quando o Governo esteve no Pico, em julho, o pouco tempo que trabalharam no caminho da Rosada, começaram na sexta feira antes do Governo ir ao Pico e no final de agosto levantaram de lá as máquinas e não se trabalhou mais. Não foi a causa do tempo, porque esteve bom tempo até tarde.

Vou citar aqui o memorando do Conselho de Ilha porque estas preocupações foram também já na altura levadas ao Governo e tirando a intervenção nos caminhos de mato de S. João, o resto está na mesma.

Portanto, Sr. Secretário, queria deixar a seguinte questão: para quando um projeto geral, global, de intervenção nos caminhos agrícolas e florestais da ilha do Pico.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a Ilha do Pico como disse os meus colegas, o meu colega Jorge e Marco, tem cerca de 400 quilómetros de caminhos, é uma área extensa.

De facto, existem dificuldades do ponto de vista em alguns caminhos, mas nem tudo está mau. Há pouco o colega Jorge referia-se ao caminho da Rosada, relembro que esteve 40 anos para ser aberto, a uma quota de quatrocentos e tal metros, este ano foram abertos perto de mil metros, o que é muito bom, inclusive alguns agricultores já acedem às suas pastagens, o que mostra o trabalho que tem sido feito do ponto de vista de criar novas acessibilidades e até numa zona em que a agricultura tem extrema importância, no concelho das Lajes, nomeadamente na freguesia das Ribeiras.

Também do ponto de vista da agricultura, é preciso recordar aqui o esforço que a Região fez, o Governo do PS, a direção da Cooperativa Leite da Montanha e todos os agricultores, que tornaram possível, de facto, que a fábrica Leite da Montanha hoje oferecesse condições do ponto de vista de criar novas valências para os derivados do leite.

Portanto, a minha intervenção é mais neste nível, reconhecer que de facto a nível dos caminhos há situações que devem ser resolvidas, mas há muitas outras que foram mantidas, nomeadamente quer no concelho das Lajes, S. Roque e Madalena alguns troços estão em mau estado, mas há um trabalho que tem sido feito ao longo destes anos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra,

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Trinta segundos.

Sr. Deputado Marco, dizer que a questão que se refere ao DOP, tem a ver com o queijo do Pico ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não! Tem a ver com os sete produtos da região!

O Orador: Eu sei ao que é que o Sr. Deputado queria referir-se.

O Governo ao longo destes anos tentou e incentivou a certificação, o que é facto é que as pequenas queijarias nunca responderam e perder esta oportunidade é que não faz sentido, daí que estejamos no terreno a tentar convencer de facto a certificação.

Deputado Marco Costa (PSD): E o ananás e o maracujá?

O Orador: Em relação aos caminhos, só para dizer que este Plano duplica o valor inscrito.

Portanto quando o Governo afeta o dobro daquilo que vai gastar este ano, dá uma nota que os caminhos agrícolas é uma área importante para os agricultores, daí que duplique o valor do investimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim vamos interromper para o almoço.

Regressamos às 15 horas para as intervenções de tribuna, sobre esta matéria.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo dispõe de 9 minutos e 16 segundos;

PS - 22 minutos e 36 segundos;

PSD - 14 minutos e 30 segundos;

CDS-PP - 1 minuto e 7 segundos;

BE - já não tem tempo;

PCP - 15 minutos:

PPM - 51 segundos.

Eram 13 horas

Presidente: Boa tarde a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes, uma vez que foi detetado pela Mesa uma pequena correção que tem que ser feita.

Sr. Secretário tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo dispõe de 9 minutos e 16 segundos;

PS - 22 minutos e 36 segundos;

PSD – 7 minutos e 30 segundos;

CDS-PP - 1 minuto e 7 segundos;

BE – esgotou o seu tempo;

PPM - 51 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Agora sim, vamos continuar os nossos trabalhos.

Para uma intervenção de tribuna, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao voltar a esta tribuna, reforço o sentimento e a vontade de defender aquele que é o setor que nos une, que mobiliza fortemente a nossa região e sem o qual, não seríamos um povo da terra e pela terra.

A Agricultura é o espelho da alma da nossa gente, e este, será um facto impossível de negar...

O trabalho, a vontade e a força de viver daqueles que exploram e laboram a nossa terra, é o reflexo do que melhor nos define, e tanto nos dignifica. E esta... é uma verdade absoluta!

E é sobre esta verdade, que enriquece o nosso passado, que norteia o nosso presente... e que projeta o nosso futuro... que gostaria de vos falar...

Apresentar e debater um novo plano de ação, implica, necessariamente, refletir sobre o ano que passou, sobre a estratégia e ações, que visavam ganhos e conquistas para os nossos produtores.

O Governo dos Açores, com o apoio do PS, apostou em consolidar a sustentabilidade, competitividade e crescimento de todos os setores: do leite à carne, da horticultura à vinicultura, do mel às flores e à floresta.

E, nesse sentido, deram-se passos fundamentais na Região.

Falemos, por exemplo, do Centro Açoriano de Leite e Laticínios, que tem como missão promover os produtos lácteos, encontrar mecanismos de valorização e diferenciação, prestar aconselhamento político e analisar novos mercados nacionais e internacionais.

No que se refere à Carne, registamos a integração da Região no Centro de Estratégia Regional da Carne, onde estão representados os principais parceiros do setor, incentivando a concertação, diálogo e partilha de estratégias futuras, para esta área produtiva, com margem e potencial de crescimento.

Podemos igualmente falar, da proveitosa negociação entre o Governo e a Comissão Europeia, no âmbito da revisão do Programa PRORURAL + e POSEI. Com o reforço das suas dotações, foram salvaguardadas as expectativas e os compromissos para com os nossos agricultores.

O último ano foi igualmente importante, tendo em conta os diversos prémios alcançados pelos nossos produtos, a nível nacional e internacional ou, ainda, a participação em diversos fóruns, feiras e missões empresariais, com vista à criação de novos laços e relações com potenciais mercados.

E é através deste esforço conjunto, na implementação de diferentes políticas de comercialização, que poderemos assumir compromissos mais vantajosos e ambiciosos de internacionalização da nossa Agroindústria. E tanto mais haveria a dizer, mas o tempo é curto e hoje a atenção deve ser dada ao futuro, aos nossos desafios, às nossas metas...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este plano, com uma dotação no valor de 170M, evidencia a disponibilidade e importância que a Agricultura tem no contexto Económico, Cultural e Ambiental da nossa Região.

O investimento para 2018 dá clara prioridade à melhoria das condições de trabalho, a um rendimento mais justo e a um futuro mais seguro e estável para os nossos agricultores.

O reforço da verba inscrita na Modernização das Explorações Agrícolas e das infraestruturas a elas associadas em mais de 3M, visa potenciar uma melhor gestão e manutenção da estrutura de custos, de modo a assegurar as mais-valias entre qualidade e preço final.

É prioritário potenciar toda a cadeia de valor que sustenta a produção, permitindo ao produtor receber o justo valor do seu trabalho. Este apoio, tem especial influência no setor leiteiro - um sector que, apesar de dar sinais de retoma económica, ainda está longe de responder às legítimas expectativas de todos os seus intervenientes.

Para o Governo é prioritário que se reduzam as assimetrias do preço pago ao produtor pelas indústrias nas diferentes ilhas, no país e na Europa. A qualidade do nosso leite é o reflexo do esforço e do bom trabalho dos nossos produtores e isso tem de ser reconhecido!!!!

Outra aposta evidente, é no necessário rejuvenescimento do ativo agrícola. Este ano foram aprovadas 77 candidaturas na medida de 1ª instalação, num volume de investimento superior a 3M. Este histórico, é prova inequívoca de confiança no sector e da necessidade de reiterar esta estratégia. Queremos e temos jovens capazes, informados e formados, que arriscam e escolhem depositar o seu futuro na Agricultura.

É igualmente uma evidência, o rumo seguido pelo Governo, através da operacionalização das políticas de desenvolvimento agrícola, ligadas à sanidade

animal e segurança alimentar, proteção de culturas, experimentação e formação profissional.

Investir nestas áreas, é assegurar a excelência dos nossos produtos, suportada pelo valor acrescentado, das diversas certificações, DOP, IGP, ETG ou Agricultura Biológica, e assim, conquistar a confiança, fiabilidade e respeito que os nossos consumidores tanto exigem e merecem...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por fim afirmo, que o Partido socialista está seguro, que as medidas materializadas neste plano são fundamentais, e estruturantes, para a construção de uma estratégia eficaz e competente, no incremento das exportações, na criação de emprego e no fomento da coesão regional.

É um facto que a realidade de hoje não é a de amanhã, que os mercados e os consumos variam, que os recursos são finitos e que a necessidade de saber gerir e adotar novas estratégias...de ver e ir um pouco mais além... é fundamental para vingar num mundo e num contexto, cada vez mais desafiante e exigente ... Todavia, ao iniciarmos um novo ciclo fazemo-lo com visão... com capacidade de reconhecer o nosso valor atual, mas com vontade de investir no potencial que o futuro nos dá...

E estamos convictos... que os Agricultores das nove ilhas estão, como sempre estiveram, à altura do desafio...

E acreditamos que o governo, está, como sempre esteve, comprometido a agir e intervir, na defesa dos Interesses das nossas gentes... é esse o seu dever.

É a sua missão...!

E disso não hajam dúvidas!

DISSE...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos então para a próxima e também última intervenção sobre esta matéria.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os piores preços de leite à produção da União Europeia e uma grande fragilidade do rendimento dos produtores de leite marcam a realidade do mais importante setor económico dos Açores.

Não é com este Plano, igual a todos os outros, que se ultrapassa esta realidade, nem se reconhecem novas soluções emergentes para a Agricultura dos Açores.

Nos últimos 4 anos, Sr. Secretário Regional, o Governo não executou 36 milhões euros do investimento agrícola que prometeu nos Planos Regionais. Isto diz tudo quanto à credibilidade destes documentos.

Afirma a Federação Agrícola dos Açores no seu parecer: “a importância da agricultura não é devidamente reconhecida na ação governativa” e reafirma a falta de 8 milhões de euros, já em 2017, para cumprir os pagamentos no Proamaf, no apoio aos fertilizantes, no Safiagri III, no rateio ao abate e no apoio de 45 euros por vaca, algumas das ajudas em atraso e a intensão de só pagar em 2018.

Não são bons exemplos para um Governo que diz ter finanças públicas saudáveis e a prioridade no setor agrícola.

Os agricultores não estão contentes e por esses Açores fora fornecedores de bens e serviços e cooperativas falam em dificuldades financeiras dos seus clientes. Um mau sinal...

Os dirigentes das associações e das cooperativas agrícolas procuram impotentes e dependentes que, para além da simpatia, o Secretário exerça as suas responsabilidades e resolva efetivamente os problemas.

O Presidente do Governo espera que a indústria aumente o preço de leite, mas o Governo não tem uma estratégia consistente para a fileira que reconhece estar “em tormenta”.

Se o Governo Regional continuar a apoiar investimentos em produtos agrícolas de baixo valor, e a sua venda em mercados convencionais, contribuirá para manter baixo o rendimento dos produtores e será obrigado a procurar apoios públicos para compensar essa situação.

É melhor sustentar a economia agrícola nos mercados e não nos subsídios.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

As infraestruturas agrícolas servem hoje agricultores e turistas.

Mesmo assim, a Agricultura é a única atividade económica no século XXI que transporta água, e a um custo elevadíssimo.

Parece já faltar pouco para deixarmos de falar em diversificação agrícola. **Com o Governo a matar a produção de beterraba e a criar o fantasma da Sinaga com prejuízos acumulados de quase 15 milhões de euros e tudo hipotecado,** sem respostas sobre a decisão de compra, sobre a sua desastrosa gestão e sem estudos sobre a decisão de transformar a Sinaga numa unidade de empacotamento de açúcar importado.

O Secretário da Agricultura não sabe de nada.

O Vice-Presidente foge às suas responsabilidades.

A região perde milhões quando a própria Agricultura se depara com a sistemática falta de recursos.

Não se estudam produções agrícolas alternativas e rentáveis.

Concentrados no leite e laticínios e na carne, sem uma política de reforço substancial na inovação nestes setores, já sabemos o que nos espera.

No setor da carne crescem os abates e os preços estão simpáticos. Os rateios nas ajudas esperadas rebentam com as margens estimados.

Se o acordo do Mercosul vingar e a europa for invadida por carne a preços competitivos e baratos tem o Governo dos Açores o plano B para superar esses impactos?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Aí tem de ser um plano C!

O Orador: Novos produtos de maior valor e novos mercados que paguem melhor o nosso leite, a nossa carne, e até novos produtos agrícolas, faz com que a nossa proposta, que insistimos, seja no sentido de criar um programa plurianual de investigação e desenvolvimento voltado para a inovação em produtos agrícolas, que apoie as agro indústrias, nas suas equipas de técnicos e investigadores, e outras entidades da ciência a estudar e a criar novos produtos, com outras características valorizadas pelos consumidores, em sabor, valor nutricional, e para a saúde e que sejam procurados em novos mercados e que, por via dessa valorização, sejam internacionalizados e permitam pagar melhor aos produtores.

Faz sentido produzir um queijo com a notoriedade internacional do Queijo Certificado de São Jorge, com características únicas e ficarmos tranquilos com o seu baixo preço à saída da ilha e sem este queijo estar presente nos melhores mercados de queijo do mundo, e ainda mais permanecendo com stocks desadequados?

Temos queijos premiados de várias ilhas que concorrem pelo preço nas mesmas lojas dos mercados convencionais quando deveriam ter apoios financeiros e técnicos para chegar a outros mercados.

O Governo não disponibilizou os meios para ajudar a ultrapassar esta situação, antes da crise previsível nos laticínios.

Os Açores enfrentam o maior desafio de sempre nos laticínios: internacionalizar marcas de referência e novas marcas, em mercados que paguem o preço justo pela excelência dos laticínios dos Açores.

Não se investigam novas produções agrícolas em solos tão ricos como os de cada uma das nossas ilhas.

Temos centenas de bons técnicos com formação agrícola especializada aos encontrões nos corredores da administração pública, embrulhados em papeis, quando o que querem para o seu sucesso é ajudar os agricultores e não a criarem obstáculos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional da Agricultura e Florestas,

Assim não. **Os problemas da Agricultura açoriana e dos seus agricultores não se resolvem com charme e cortesia** mas com estratégia sustentada, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a estratégia?

O Orador: ... medidas concretas, com o financiamento certo e com pagamentos a tempo e horas às indústrias e aos agricultores, investimentos viáveis, na dimensão correta, orientados para um mundo em mudança, sem ceder a interesses instalados.

E isto não está a acontecer!

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Avançamos então com os nossos trabalhos e para uma intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apresento a este Parlamento aquelas que são as novidades e as inovações que temos no Plano de Investimentos na área da Juventude.

Desde logo, na participação, 2018 será o ano em que implementaremos o Orçamento Participativo Jovem da Região, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... um mecanismo de participação cívica e ativa dos jovens dos Açores que, integrado no Orçamento Participativo dos Açores será, com certeza, um importante instrumento de participação para a juventude açoriana.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: No incentivo à criatividade e formação, teremos o novo Labjovem, no incentivo à criatividade e ao aparecimento de novos jovens criadores.

No ano de 2018, será alargado a todas as escolas dos Açores, sendo definido um tema por cada ano, sendo o tema de 2018 a ‘Eficiência Energética’.

Lançaremos o plano formativo Academia J, que se iniciará na Academia de Juventude da Ilha Terceira, na Praia da Vitória, na perspetiva de termos um plano de educação não formal para a juventude açoriana, em horário pós-laboral.

Intensificaremos também a nossa parceria com o evento ‘Walk and Talk’ que é um importante ativo cultural da nossa Região para as novas gerações.

No âmbito da mobilidade e da rede de Pousadas de Juventude da Região Autónoma dos Açores, teremos a inauguração da Pousada de Juventude de Ponta Delgada, um edifício icónico daquele concelho e que enriquece e valoriza esta importante rede de infraestruturas e também de oferta turística na nossa Região, mas é também um importante instrumento para servir a mobilidade interna dos jovens açorianos que ligado e associado ao Cartão Interjovem, que como sabem muito recentemente viu os seus benefícios alargados sendo possível que os jovens que têm Cartão Interjovem entrem gratuitamente nos centros interpretativos e nos museus da Região – é também um importante instrumento de mobilidade interna, que acaba por ser, também, um importante contributo para aumentar a coesão na nossa Região.

Quanto maior for a mobilidade interna dos jovens dentro dos Açores, maior será a sua predisposição para conhecerem, respeitarem e serem solidários com a realidade das outras ilhas dos Açores.

Reforçaremos também o apoio ao associativismo jovem.

Queremos que as associações juvenis sejam o epicentro da atividade e do desenvolvimento de boas políticas de juventude na nossa Região.

Por isso, e em parceria com as associações de jovens, vamos rever o regime de enquadramento das políticas de juventude da Região, que está em vigor há quase 10 anos, que tem de ser revisto e adaptado à normal evolução dos tempos e que será também materializado em Decreto Legislativo Regional, para que possa ser discutido aqui e ter também a pronúncia e o parecer de todos os partidos com representação nesta Casa.

Queremos, por isso, ser confrontados, pressionados e escrutinados pela juventude Açoriana.

Queremos uma juventude Açoriana mais participativa, mais ativa, mais comprometida com a construção do futuro da nossa Região.

E, por isso, quem se diz a favor dos jovens, quem se diz ao lado dos jovens, quem se diz preocupado com o futuro dos jovens terá, naturalmente, que apoiar este Plano de Investimentos e este Orçamento e terá, naturalmente, que apoiar as opções do Governo dos Açores nessas áreas.”

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Rui Martins, com cerca de um minuto para intervir, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, atendendo ao que demonstrou aqui, e também já o tinha feito em sede de Comissão, e uma vez que mostrou estar interessado em servir aquilo que é a mobilidade jovem, pergunto-lhe se não considera então pertinente criar, efetivamente, uma rede de Pousadas de Juventude, construindo para isso uma Pousada de Juventude no Faial, outra na Praia da Vitória – aliás de onde é natural – e também outra na Ilha das Flores?

Digo isso, relembro-lhe, que já em 1996 estava prevista uma dotação orçamental para a conclusão do projeto de construção desta Pousada de Juventude no Faial.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Martins, a rede de pousadas nunca está fechada. Neste momento temos uma boa rede de pousadas na nossa Região – em Santa Maria, em S. Miguel, na Ilha do Pico, na Ilha Terceira ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Essas já sabemos. Queremos saber as que faltam!

O Orador: ... e em S. Jorge, também – mas o crescimento e o alargamento dessa rede, dependerá das parcerias que existirem, das oportunidades de financiamento que existirem, mas não está previsto que essa rede seja alargada no ano de 2018, mas no médio prazo julgo que será possível, havendo essas parcerias e essas novas oportunidades de alargar a rede de pousadas, ou seja é um processo que nunca está fechado, está sempre em aberto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Para esta temática a Mesa tem apenas uma inscrição para a tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos numa Região onde a juventude já se mostrou capaz de ultrapassar as piores fases da nossa história.

Vimemos numa Região onde a juventude acredita em si, nas suas capacidades e sobretudo acredita que este é o melhor sítio do mundo para implementar as suas ideias.

Vivemos numa Região onde a juventude acreditou que o melhor parceiro para ultrapassar as fases menos boas era o Governo Regional do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Vivemos numa Região em que a juventude sabe que se não fosse este Governo teria sido muito mais difícil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Teriam que emigrar!

O Orador: O Governo do Partido Socialista dos Açores será sempre um exemplo de como se atua numa conjuntura económica de crise.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tinham que ser iguais aos outros!

O Orador: Foi com políticas direcionadas sobretudo nas pessoas e nas suas famílias que juntos ultrapassamos a crise e que juntos chegamos aos bons indicadores que se conhecem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi com políticas dos Governos do Partido Socialista que se baixou o desemprego para valores mais baixos desde 2011 e foi com políticas dos Governos do Partido Socialista nos Açores que se chegou a um valor de 29,1% de desemprego jovem quando durante a crise este valor era superior a 46%.

Ainda não estamos satisfeitos e temos consciência que há muito ainda a fazer. Mas temos a forte convicção, dado os resultados já alcançados, que iremos vencer mais este desafio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta ordem de ideias, acho impreterível valorizar a capacidade de inovação e espírito de revisão e melhoria das políticas de juventude nos Açores deste

Governo num claro intuito de melhorar a adaptabilidade àqueles que são os anseios e objetivos da própria juventude. Isto é novo ciclo!

Também nesta linha de ideias, reconhecemos a proximidade que o Governo tem tido com todos os agentes da área, desde as Associações de Juventude bem como as entidades que trabalham com a juventude e que trabalham em prol da juventude.

Não se podia esperar outra coisa da única força política nos Açores que acredita nos jovens de uma forma consequente e que fá-la participar de forma efetiva.

Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Desde logo na formação dos seus Grupos Parlamentares ao longo dos anos, que sempre reservaram um lugar para a representação dos jovens e nunca esquecendo a criação do Orçamento Participativo Jovem nos Açores e até mesmo a inclusão de um representante da juventude no Conselho de Concertação Estratégica.

Por último, mas não menos importante, valorizamos a postura, posição e responsabilidade que o Governo tem assumido de ser, em estreita parceria, o elo de ligação entre a Região e os jovens deslocados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito há a fazer! Há ainda um caminho muito desafiante a percorrer. Os jovens açorianos precisam de ainda mais e ambicionam sempre mais. O espírito de missão dos açorianos passa de geração em geração e a juventude açoriana tem uma missão a desempenhar na nossa sociedade.

Aliás, os jovens açorianos não esperam outra coisa deste Plano e Orçamento e deste Governo Regional que não seja a colocação ao seu dispor das ferramentas para que possam dar asas à sua imaginação, dar o seu contributo à nossa Autonomia, serem o garante do aperfeiçoamento da democracia e de dar o seu trabalho em prol do contínuo desenvolvimento dos Açores.

Sempre com o objetivo de mais empregabilidade, mais qualificação e mais participação foi nas políticas do Partido Socialista nos Açores que os jovens açorianos acreditaram.

Com os resultados já alcançados não tenho dúvidas que o novo ciclo, proposto neste Plano e Orçamento para 2018, traz renovada esperança e reforçada confiança para continuarem a acreditar... Acreditem!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não.

Passamos agora à intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para a execução do plano de ação nas Relações Externas para 2018, o Governo dos Açores tem a plena consciência de que o mundo mudou, novas perceções

dos Açores existem, novas oportunidades e novos desafios estão a aparecer - estando nós muitas vezes a provocá-los.

Queremos utilizar a nossa ação para canalizar para o projeto açoriano todas as oportunidades externas que se colocarão a nós, contrariar todas as tomadas de posição que nos são opostas e, sobretudo, trilhar novos caminhos.

Vigilância estratégica, firmeza e concertação estarão na base da atuação do Governo em 2018 para projetar e afirmar os Açores e para defender os interesses dos Açorianos.

Uma nova era se abre no reconhecimento do lugar e do papel dos Açores, como Região Ultraperiférica na Europa, para um novo reconhecimento pela União Europeia, para uma nova centralidade dos Açores, para trilhar novas rotas de progresso, no mar, no espaço, na inovação, para a projeção dos Açores no Mundo, para a sua notoriedade, para a valorização dos Açorianos da diáspora.

Na afirmação dos Açores na Europa, 2018 é o ano onde a política europeia de coesão se irá clarificar. Estaremos em pleno com a sociedade açoriana na definição de prioridades para aquela Política de Coesão pós 2020.

A propósito, gostaria aqui, na 'Casa da Democracia' dos Açores, de enaltecer a maturidade, os contributos e a participação de atores políticos de relevo, dos parceiros sociais – Associação Agrícola, Câmaras de Comércio, Sindicatos –, do tecido associativo social e juvenil, da Universidade dos Açores, da sociedade civil organizada, dos Açorianos neste processo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nestes novos tempos, visamos a manutenção da solidariedade europeia em relação à nossa Região e visamos que se juntem a esta dimensão, duas outras:

- Queremos - e estamos a conseguir- que nos vejam também como região parceira. Não somos só uma região ultraperiférica e frágil, também somos uma região central e forte;

- Queremos - e estamos a conseguir - sermos vistos como coautores da construção de uma Europa dos cidadãos, de futuro, coesa, reforçada, humanista, solidária e eficiente.

Igualmente, a nossa afirmação na Europa passará por uma utilização cada vez mais intensa do Gabinete de Representação dos Açores em Bruxelas, que está a cumprir um triplo objetivo, que será essencial em 2018.

Desde logo, o de vigilância estratégica. Todos os dias recebemos do Coordenador do Gabinete uma sumula do que de importante, mais importante se passa – eventos, reuniões, publicação de pareceres - ou que pessoa é importante contactar.

Igualmente, o objetivo de representar os Açores em reuniões ou eventos onde é suscetível obtermos informação ou influenciarmos uma decisão, como ainda recentemente, em questões espaciais, da ciência, do leite, da agricultura, das pescas.

Estamos, assim, a cumprir o objetivo que trouxemos aqui quando da apresentação do Programa do XII Governo dos Açores, o de estar em todo o sítio onde decidem ou emitem opinião sobre os Açores.

O Gabinete também dá apoio logístico aos Açores em pleno centro da Europa.

Ajudam nesta missão funcionários do Governo dos Açores e, nos próximos dias, abriremos candidaturas para dois jovens Açorianos licenciados ou mestres poderem estagiar neste contexto de forte aprendizagem das questões europeias.

Este Gabinete mantém-se, evidentemente, ao dispor das entidades e organismos da sociedade civil açoriana para a procura de soluções e promoção dos seus interesses em Bruxelas.

À concertação, juntamos a proximidade.

Participaremos no Ano Europeu do Património Cultural, dando projeção aos Açores através da sua Cultura e, em 2018, avançaremos na aproximação efetiva dos territórios da Macaronésia, que terá um duplo objetivo: dar corpo à

identidade social, política e cultural da Macaronésia e estruturar as nossas ligações comerciais e económicas, em articulação com as ‘Autoestradas do Mar’ para as Regiões Ultraperiféricas.

Alargaremos o programa Cidadania Europeia, que o Comité das Regiões dá como bom exemplo, junto das escolas e da população açoriana.

Podemos referir que, este ano, mais de 20.000 Açorianos já participaram neste programa.

Este é também o ano em que insistiremos na valorização dos Açorianos da diáspora, impressionante ativo geoestratégico e geopolítico no mundo.

Assim, em 2018, será criado um Conselho Regional das Migrações, estruturante de uma abordagem junto das comunidades mais consentânea com a valorização das novas gerações e mais centrada no valor geoestratégico e geopolítico da diáspora.

Com Santa Catarina e com a cidade de Florianópolis, que há dias declarou 2018 como ‘Ano Açoriano’, comemoraremos os 270 anos da chegada de Açorianos àquele estado brasileiro.

Estaremos no Rio Grande do Sul, no Brasil, a reunir as Casas dos Açores do mundo e espero, de novo, estar com a delegação parlamentar açoriana, cuja presença em setembro passado, em Toronto, tanto dignificou o encontro daquelas estruturas açorianas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A abordagem que temos para a valorização dos Açorianos da diáspora passa muito por aquilo que referimos, com força, naquele encontro no Canadá: parafraseando o que dizia Kennedy, pedimos aos Açorianos da diáspora que não se interrogassem sobre o que podem fazer os Açores por eles, mas que se interrogassem sobre o que pode cada Açoriano no mundo fazer pelos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A ativação do valor de cada Açoriano da diáspora no mundo passa por esta tomada de consciência.

Como me disse, na altura, um Açoriano que residia nos Estados Unidos: “ao participar no projeto açoriano, sinto orgulho”.

residente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Precisamente, para finalizar, devo aqui confessar o orgulho e o prazer que sinto ao defender e ao representar os Açores no exterior e, sobretudo, por ver que, lá fora, os Açores são vistos como exemplares, na vanguarda, como território de boas práticas.

Disse.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto, ainda assim, se há inscrições sobre esta matéria?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos fazer agora um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos para as intervenções finais.

Eram 15 horas e 37 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início às intervenções finais, que encerrarão este debate.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O PPM, dispõe de 7 minutos;

O BE, 9 minutos;

O CDS-PP, 14 minutos;

O PSD, 20 minutos;

O PS e o Governo dispõem de 30 minutos.

Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Assinalamos, este ano, os 100 anos da Revolução Russa. A chamada “Revolução de Outubro”, que ocorreu no mês novembro do nosso calendário. Mas a cronologia da História Mundial assinala, com letras douradas, uma outra e não menos importante revolução, ocorrida também no mês de novembro: a “Revolução Socialista Açoriana de 1996”.

Foi há 21 anos, em novembro de 1996, que se iniciou o período revolucionário em curso. O 1.º Governo Socialista tomou posse no dia 9 de novembro e no dia 20 do mesmo mês - num ambiente eletrizante, que ainda recordo com incontida emoção - o Programa de Governo da nova maioria foi apresentado, neste mesmo púlpito, por um Carlos César em êxtase. Recordo, como se fosse hoje, o gesto enérgico e o indicador dirigido a uma multidão parlamentar que o aplaudia freneticamente, ao melhor estilo da iconografia revolucionária de Lenine. Começava, assim, um novo ciclo na História dos Açores.

No âmbito do debate do Plano e Orçamento para 2018, que estamos agora a finalizar, Carlos César lançou o mote. O que aí vem é, nem mais nem menos, que o início de um novo ciclo, de um ciclo novo, de um novo começo. Arranquem, disse ele com a autoridade que o caracteriza, 21 anos ao calendário da História e reiniciem esta aventura no exato momento em que Deus se apercebeu que Adão trincou a maçã.

Não escondo, caros deputados, a enorme dificuldade que encerra o exercício de analisar estes três factos transcendentais – a Revolução Russa, a Revolução Socialista Açoriana e o Novo Ciclo orçamental – num só discurso.

Tendo em conta as dramáticas circunstâncias discursivas que tenho de enfrentar, socorri-me de uma obra intemporal, que ilustra bem todas e cada uma das temáticas em causa. Trata-se do livro “O triunfo dos Porcos”, de George Orwell.

O livro é uma sátira poderosa e intemporal, que retrata a derrota dos idealismos e a transformação gradual dos revolucionários “libertadores” nos novos privilegiados e opressores. A obra, publicada pela primeira vez em 1945, retrata a progressiva transformação do idealismo revolucionário russo, inicialmente igualitário, numa terrível ditadura. Mas serve também para deixar em evidência e fustigar os Mugabe, Eduardo(s) dos Santos e Kadhafi(s) deste mundo e outros sistemas de hegemonia política longa, só aparentemente mais benévolos.

George Orwell conta a História dos animais de uma quinta que se revoltam contra o homem que os tiraniza. Os animais são liderados por dois porcos, Bola de Neve e Napoleão, que os conduzem à vitória revolucionária. Os animais vitoriosos criam, então, um sistema doutrinário, o Animalismo, cujos princípios sintetizam em sete mandamentos.

Os porcos e os cães aprendem sem dificuldade os sete mandamentos, mas os carneiros e outros animais evidenciam mais dificuldades. Para os animais com

mais dificuldades de aprendizagem, os ideólogos animalistas elaboraram a seguinte síntese doutrinária: **quatro pernas bom, duas pernas mau!**

Os porcos, líderes da revolta, transformam-se rapidamente na nova elite dirigente. Com o tempo, alguns mandamentos sofrem alterações. Por exemplo, o sétimo passa a estabelecer que todos os animais são iguais, **mas – alteração importante - uns são mais iguais que os outros.**

As reuniões plenárias dos animais da quinta, no início inteiramente livres, passam a deliberar apenas sobre as ideias e projetos dos líderes. Qualquer divergência passou a ser imediatamente abortada pelo rebanho de carneiros que abafava qualquer discordância com balidos repetidos até à exaustão: quatro pernas bom, duas pernas mau! Quatro pernas bom, duas pernas mau! Enfim, uma berraria infernal.

A meio da história, o porco Napoleão afastou o rival Bola de Neve e acumulou todo o poder. Surgiram então novas máximas: “Longa vida ao camarada Napoleão” e “o camarada Napoleão tem sempre razão”.

No final, os animais constataam que permanecem tão explorados como antes e que o domínio dos porcos é em tudo semelhante ao dos homens. Nada os distingue.

Apenas mais uma informação. A história da Revolução Socialista Açoriana de 1996 e a descrição do novo ciclo orçamental – contextualizadas na lógica narrativa do livro de George Orwell - tem dois narradores: eu e o Sr. Deputado André Bradford, a quem agradeço, desde já, o facto de se ter voluntariado para este trabalho.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

Nunca existem duas histórias exatamente iguais. Em 1996, o Napoleão da nossa História já tinha afastado (~~desde 1994~~) o seu Bola de Neve (~~Martins Goulart~~).

A Revolução Socialista de 1996 iniciou-se com um discurso memorável de Napoleão. Ainda recordo a retórica sublime: “Vinte anos em qualquer parte do

mundo é demais. Criam-se clientelas e favoritismos. É tempo de mudar [a Quinta] dos Açores”.

De forma enfática, empurrado pela emoção do momento, prosseguiu: “Não quero ver mais ninguém de lágrimas nos olhos a dizer que tiveram de filiar-se [nos laranjas] para ter apoios para a habitação degradada ou para ter emprego na administração pública regional.

Vou acabar, de uma vez por todas, com esta sociedade de favoritismos, em que todos têm de estar de chapéu na mão e a dizer que são do partido do governo para terem aquilo a que têm direito por lei. Vai acabar o tempo em que as pessoas iam aos concursos públicos para arranjar um emprego em que já sabiam antecipadamente quem iria ficar”.

Inebriado pelos aplausos, concluiu: “É mau e acarreta muitos males votar no mesmo partido depois de vinte anos de governo do mesmo. [Os laranjas] já não conseguem esconder tendências que indiciam clientelismo e outras perversidades instaladas que, depois de tanto tempo no poder acabam por ser normais”.

Já na altura, numa crónica datada de 12 de setembro de 1996, o outro narrador desta história, André Bradford, notava que “o [Napoleão] dos últimos meses pouco ou nada tem a ver com o [Napoleão] de toda a vida. Convenientemente polido, empenhado em não deixar transparecer vinte anos de desilusões, rancores e frustrações, o líder [rosa] fez a operação cosmética que o seu rival mais direto precisava. O pior, dizem, será quando o verniz começar a estalar”.

Ainda em setembro de 1996 (5 de setembro), numa outra crónica, o narrador passivo desta história contava que “esta semana sonhei com a noite das eleições regionais de outubro próximo. [...] Eram exatamente oito horas quando um jornalista, com um ar soturno, afirmou perentoriamente: Carlos César é o novo Presidente do Governo Regional”. Chama-se a isto ter um sonho mau, isto sou eu que digo. Mas voltemos ao sonho e ao narrador. [...] “Junto ao bar, num

guichet improvisado para o efeito, outras duas gentis colaboradoras do partido da rosa recolhiam freneticamente fichas de inscrição. Quando me estava a habituar ao ritmo e ao ruído da sede [rosa], o meu sofá transportou-me novamente para a casa de partida”.

Juro que estou a citar com rigor.

Devido certamente a este tipo de premonições e à ajuda preciosa do dono da quinta de Lisboa, que arranjou uns descontos fabulosos na TAP para o povo da quinta açoriana, a Bastilha laranja caiu e o povo deu quase todo o poder a Napoleão e aos seus lugares-tenentes rosas. Quase todo e não todo o poder, uma vez que apenas a soma dos rosas com os azuis lograva suplantar os laranjas.

Aprovou-se então um Programa de Governo. Entre outras coisas, o Programa consagrava a igualdade entre todos os açorianos. Tal como em anteriores ocasiões, foi preciso simplificar a ideologia para alguns dos cidadãos da quinta dos Açores. **Estabeleceu-se então a seguinte síntese programática: rosa e azul bom, laranja mau!**

A partir daqui, ou seja logo no início da Revolução Socialista de 1996, as coisas começaram a correr mal. Ao contrário do prometido no auge da Revolução, os rosas cederam à tentação do poder e iniciaram práticas em tudo semelhantes às que tinham praticado os odiados laranjas.

Oiçam bem, caros camaradas (é preciso entrar no espírito), o que escreveu o segundo narrador desta história, André Bradford, que, naquela época, estava junto do local: “Como certamente sabe, caro leitor, a grande preocupação do PS/Açores neste momento é o facto da administração regional não estar infestada de verdadeiros socialistas. [...] Então e os rapazes que levaram os últimos vinte anos a colar cartazes e a fazer comícios em tudo o que é freguesia, sem terem qualquer tipo de recompensa, não merecem um *cargozito* [sic], Sr. presidente?”

A partir dessa data, a Revolução morreu. Os rosas adquiriram todos os vícios dos laranjas. No dia 27 de dezembro de 1997, o narrador André Bradford atribuiu o que designou como “Prémios sem nome”. Para Napoleão reservou um prémio, com a seguinte designação: **“aprendi num ano o que os outros levaram vinte a perceber”**.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Tinha razão André Bradford. Napoleão aprendeu rapidamente tudo o que não interessava.

Os azuis, necessários num primeiro momento, foram atirados para o lixo da história. A síntese programática sofreu uma pequena amputação cirúrgica e passou a ter a seguinte redação: rosa bom, laranja mau! A seguir entraram na moda – e no modo de sobrevivência daquele pequeno e perigoso mundo autocrático - as frases que consagraram o poder absoluto de Napoleão na Quinta dos Açores: “Longa vida ao camarada Napoleão” e “o camarada Napoleão tem sempre razão”.

A partir de 2003 deixa de ser possível continuar a contar com o segundo narrador, André Bradford. Ainda tentei retomar o contacto, mas a resposta foi um esclarecedor “rosa bom, laranja mau! Rosa bom, laranja mau!” E assim sucessivamente.

A partir daqui estou, inteiramente, por minha conta.

Entretanto, na quinta autocrática do partido rosa, Napoleão e o partido rosa continuaram, ao longo dos anos, a acumular todo o poder e a gastar todo o dinheiro, espremendo de forma brutal o povo da quinta.

Na primavera de 2012, Napoleão transferiu-se para a promissora quinta de Lisboa, mantendo, no entanto, a suserania total na quinta açoriana. Nomeou para seu sucessor o jovem Gengiscão, um antigo e espigado presidente da

juventude do partido rosa. As chamadas bases do partido rosa foram chamadas a confirmar a nomeação do chefe.

Alguns partidários de Contente ainda esboçaram alguma resistência, mas os carneiros acabaram com qualquer discussão séria com a berraria do costume: “Rosa bom, laranja mau! Rosa bom, laranja mau!” Os outros membros da elite ultimaram o assunto gritando...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... para as massas partidárias da quinta “o camarada Napoleão tem sempre razão”. Sem mais discussão, Gengiscão foi então incensado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos últimos cinco anos, Gengiscão prosseguiu e aprofundou, em muitos aspetos, a política autocrática de Napoleão. O seu propósito é conquistar os derradeiros oásis de liberdade que ainda subsistem na Quinta dos Açores e manietar todos os que, no terreno económico, não dependem das benesses do poder do partido rosa.

Os ratos são os últimos grandes sobreviventes da Quinta. Mas até esses já têm um encontro marcado com o último destino. O Secretário da improdução agrícola mandou realizar um estudo em Inglaterra para acabar com estes últimos paladinos da luta pela liberdade.

Os ratos ainda tentaram objetar que os 7 mandamentos lhes garantiam uma certa proeminência na Quinta dos Açores, uma vez que têm comprovadamente quatro patas. Mais uma vez, os carneiros acabaram com qualquer discussão, berrando, repetidamente, “Rosa bom, laranja mau! Rosa bom, laranja mau! Finalmente, os cães gritaram “Gengiscão tem sempre razão, Gengiscão tem sempre razão”! E assim terminou a discussão a respeito da questão de vida ou de morte que os ratos enfrentavam.

Na história original, “O Triunfo dos Porcos”, a grande obra do regime era um moinho. Na Quinta dos Açores, o Orçamento do Novo Ciclo prevê a conclusão

da Casa da Autonomia. Uma obra destinada a imortalizar o regime e a acolher os sarcófagos...

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: ... da elite da Revolução Socialista Açoriana de 1996. Termine já Sra. Presidente, falta um parágrafo.

Só por si, esta decisão orçamental define tudo o resto.

Resta-nos esperar a aurora de uma nova revolução. Arrancaremos então todos os bustos e todos os símbolos do regime vencido. Nascerão novos heróis e um mundo radioso de oportunidades surgirá à frente dos que o regime esqueceu e maltratou. Serão impressas resmas de cartões partidários com novas cores e, se ainda for vivo e gozar de saúde, o segundo narrador regressará com a sua pluma poderosa e irrepetível.

Deixem-me que termine este discurso com um sentido,

Até Amanhã, Camaradas!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, no início deste debate, classificou este orçamento como mais uma peça na consolidação de uma política de alargamento das desigualdades sociais, já de si enormes, na nossa Região. As desigualdades nos Açores são, infelizmente, as maiores do país.

Contra este aumento das clivagens sociais, mas também seguindo uma estratégia de defesa dos ativos dos Açores para quem cá vive, o Bloco de Esquerda apresentou diversas propostas de alteração para inverter os aspetos mais gravosos da linha política sustentada por este plano e orçamento para o ano de 2018.

Durante o debate destes documentos orientadores, ficou claro que o Governo Regional e o Partido Socialista não abdicam do rumo que têm seguido e que este orçamento reforça: dar tudo, mas mesmo tudo, para os patrões e poderosos da região e deixar os trabalhadores à mingua.

O Governo Regional assume, com toda a convicção, que manter 25% dos professores da região como precários é uma boa solução e é para continuar.

Chega mesmo a recusar a proposta do Bloco de Esquerda para implementar as mesmas medidas que serão adotadas na República nesta área.

Afinal, o combate à precariedade, na boca do Governo Regional, não passa de retórica, e retórica da pior qualidade.

Assim é, quando o governo requisita trabalhadores das IPPS e Misericórdias para trabalharem na Segurança Social auferindo metade e menos de metade do que os colegas que trabalham mesmo ao seu lado.

Se o governo não assume acabar com esta prática, como podemos acreditar que a Inspeção Regional do Trabalho, dirigida pelo mesmo governo, possa funcionar com um mínimo de isenção e rigor?

É retórica da pior qualidade quando o Governo Regional assume a continuação do modelo de financiamento das IPPS e Misericórdias para se desresponsabilizar pelos trabalhadores deste sector, o que obriga a baixíssimos salários e até a que muitos destes trabalhadores prescindam dos seus direitos para que os seus colegas mantenham o posto de trabalho.

Esta é a marca do entendimento das relações de trabalho que norteiam este governo.

Para além disso, o governo regional anuncia que vai oferecer até 12.000 euros por ano, aos empresários que contratem trabalhadores sem termo. Esta medida soma à medida da República de baixa da Taxa Social Única para o mesmo efeito.

Para o Governo Regional e para o Partido Socialista, o pensamento social democrata da responsabilidade social das empresas, tantas vezes reivindicado pelo PS, vale zero.

Nos Açores, as empresas só têm direitos, que derivam de um único direito fundamental: o direito ao lucro líquido garantido.

Defendemos os apoios ao investimento privado, mas com toda a transparência; defendemos benefícios fiscais às empresas e mesmo outros apoios, como por exemplo, apoios à exportação ou renovação tecnológica, mas não podemos aceitar esta benesse.

Usar o dinheiro de todos os açorianos e açorianas para que as empresas cumpram com os seus mais básicos deveres, como contratos decentes, sem termo, não é apenas dar tudo: é dar muito mais do que tudo!

Este orçamento concretiza também um sério golpe em ativos açorianos estratégicos, depauperando a Região, não só no imediato, mas fundamentalmente retirando-nos um instrumento para fazer face a momentos económicos recessivos.

A privatização da SATA é um erro económico e estratégico grosseiro.

Com esta privatização, necessariamente, para uma empresa de maior dimensão, a estratégia que vai comandar será a da empresa compradora. Se acrescentarmos a este quadro o pensamento apresentado nesta Assembleia pela Senhora Secretária dos Transportes, em que defende que o que interessa é a rentabilidade, então estamos entendidos.

O conceito de serviço público, está arredado desta decisão do governo, a mobilidade para o exterior e a sua qualidade para os açorianos e açorianas está condicionado ao lucro, como fator determinante.

Mas do ponto de vista estratégico esta decisão é grave e perigosa pois abdica de um instrumento poderoso de intervenção económica para minorar efeitos de novas recessões.

Apesar dos momentos de crescimento económico que agora vivemos, acumulam-se no mundo renovados fatores potenciais de crise e recessão. Alienar ativos desta importância estratégica é um erro profundo.

Mas a sede de privatização é tão grande que o governo se propõe fazer a concessão do Porto da Praia da Vitória para dar o negócio do gás natural para abastecimento de navios a privados. Um potencial bom negócio em vez de reverter para a Região é oferecido de bandeja.

O Bloco de Esquerda não pode aceitar a delapidação dos bens da Região.

Está claro que a submissão do governo da República e do governo Regional a uma lógica ideológica de cariz militarista é contraditória com o desenvolvimento pleno de uma nova economia para os Açores, e em particular para a Ilha Terceira, como a vida recentemente tem provado.

Para além de muitas razões que poderiam ser aduzidas, temos para o demonstrar, a saga da descontaminação dos aquíferos da Ilha Terceira.

Em contrapartida somos bombardeados com projetos científicos inovadores quer para a ilha Terceira quer agora, de novo, para o Faial.

Desejamos, Sr. Presidente, de forma ponderosa, não estar perante uma grande manobra de diversão.

A rábula do Centro de Investigação do Mar no Faial passou, em poucos meses, de um projeto consolidado, para dúvidas e outras opções do governo regional, nas palavras do Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia proferidas nesta casa.

Agora, no início dos trabalhos da discussão do orçamento, a 27 de novembro surge um despacho da Ministra do Mar, com algum conteúdo pouco claro, que para já nos deixa apreensivos.

Também nos deixa apreensivos a falta de clareza por parte do Governo Regional sobre o papel concreto dos Açores no quadro do AIR Center.

A nossa apreensão adensa-se quando o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia coloca na sua intervenção tanta ênfase na formulação de projetos a médio e longo prazo, que pode transparecer a ideia seguinte:

É tão longo o prazo, que fica para as calendas gregas? Ou a montanha vai parir um rato?

Por considerarmos nevrálgica a área da ciência e do conhecimento para o futuro dos Açores, exortamos o sr. Presidente, com ações concretas, a dissipar estas apreensões do Bloco de Esquerda.

Não por causa do Bloco de Esquerda, como é óbvio, mas sim pelos mais elevados interesses dos Açores e do futuro da nossa Região num cenário de um novo paradigma económico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este orçamento foi apresentado sob o lema "O novo ciclo".

Como demonstramos no debate, não há nada de novo neste orçamento. As mesmas políticas que tornaram os Açores a Região do país com maiores desigualdades sociais, são mantidas e acentuadas.

As medidas positivas para os trabalhadores e trabalhadoras dos Açores e para quem mais precisa e que no ano de 2018 vão melhorar as suas vidas são todas oriundas do Orçamento do Estado. Não tenhamos dúvidas, elas só existem pelo facto do Partido Socialista na República não ter a maioria parlamentar.

Onde talvez possamos encontrar algum indício de novo ciclo é na postura do PS/Açores e do Governo Regional na abertura de brechas no adquirido Autónomico.

À proposta do Bloco de Esquerda na República para que as obras urgentes do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada sejam iniciadas em 2018, o PS Nacional e o PS dos Açores votaram contra.

Alguém com bom senso permite que, o maior atentado aos direitos humanos existente no país, perdure durante mais 5 anos?

Também a proposta do Bloco de Esquerda para dar às Regiões Autónomas, capacidade de decidirem sobre a forma de faseamento do pagamento devido aos trabalhadores que decorre do descongelamento de carreiras, foi chumbada pelo PS nacional e pelo PS Açores.

Começa a ficar claro na prática que, para o PS/Açores, os ‘Açores primeiro’ é só para quando dá jeito, noutros casos fere-se a Autonomia, conforme o interesse político.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresentou propostas consistentes para minimizar os malefícios deste orçamento para os açorianos e açorianas. As nossas propostas, na sua essência, foram rejeitadas pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Como corolário, votaremos contra este orçamento, por ser um mau orçamento.

Disse.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dentro de momentos vamos assistir a mais uma declaração do Senhor Presidente do Governo onde anunciará a aprovação por decreto desta assembleia do Plano e Orçamento que legitimará mais um ano da sua governação à vista. Será tempo de festejar. Compreendemos. Para júbilo do governo e para infelicidade dos Açorianos a maioria do PS prepara-se para assinar de cruz um Plano e Orçamento feito pela lei do menor esforço.

Este orçamento é uma demonstração de como este governo, centrado em si mesmo, alheado da realidade, gasto, sem rasgo e sem alma se encontra penosamente sentado e fechado no Palácio de Sant’Ana. Sai à rua em esforço porque sabe que onde quer que vá vai ser confrontado pelas promessas que não

cumpriu. Vem a esta assembleia, contrariado, apenas quando tem que vir, porque desvaloriza os seus trabalhos e os representantes de todos os açorianos.

Este governo já não vê nem quer ver os Açores. Só olha para si próprio. Este governo já pouco resolve. Limita-se a conter danos. Apenas quer sobreviver.

Cansado e sem novidade, este governo, trouxe-nos a esta casa sob a forma de um novo Plano e Orçamento um *copy paste* dos orçamentos passados. Foi a opção pelo mais fácil o que é uma prática da sua governação. Não tinham que mexer grande coisa nos programas apresentados. É normal quando não se tem, efetivamente, um rumo, um caminho. O único trabalho que tiveram foi apenas juntar mais algumas promessas no seguimento da prática deste governo de que, para fazer, basta escrever.

Com o esbanjar dos recursos em obras sem planeamento e sem objetivo. Com os fundos comunitários a mingar, com a diminuta receita própria que começa a definhar, porque nunca a soube gerar, a parte mais difícil deste Plano e Orçamento foi adaptar os números. Era preciso baralhar para dar de novo.

Perante as dificuldades. Perante a consequência de demonstrar à evidência o falhanço das suas políticas, que em 20 anos nunca conseguiram alavancar a nossa economia, este governo só tinha uma solução: decretar um novo ciclo político.

E assim o fez. O governo declarou com a pompa e circunstância que a propaganda precisa para ser eficaz, dia após dia, semana após semana, mês após mês, que 2018 iria ser o ano da competitividade nas empresas, o ano do emprego, o ano dos apoios sociais, o ano de tudo e para todos.

Como é que isso se faz. Alguém se importou com isso lá para os lados do palácio de Sant'Ana antes de virem para aqui com a proposta debaixo do braço? Não. Devem, com certeza, ter achado que não valia a pena. A maioria do PS, nesta assembleia, tomaria conta dos trabalhos, aclamaria o *copy paste* e daria graças a tão visionária proposta.

Mas como se pode anunciar um novo ciclo político cheio de prosperidade para a Região e esperança para os Açorianos com base nesta proposta?

Que visão estratégica tem o governo para a Região quando nos Assuntos do Mar se desinveste 10%?

Como se desenvolve a Região quando o investimento na “investigação, desenvolvimento e a Inovação” é cortado em 27%?

Como se prepara o futuro da nossa Região quando o investimento no total da “qualificação” é cortado em quase 9%?

Como poderemos dar passos em frente na formação dos nossos jovens quando na “educação, cultura e desporto” se corta 13%?

Como querem confiança no futuro quando na “juventude” se corta 10%?

Como é compaginável mais e melhores apoios sociais quando na “solidariedade social” se corta 11,5%?

Como é possível acreditar num novo ciclo político quando o governo anuncia que vai começar a distribuir cabazes, sim ouviram bem, cabazes com 17 bens alimentares aos mais desfavorecidos para minimizar a pobreza, a pobreza que o Governo reconhece nestes cabazes, que aumenta todos os dias, por toda a região, demonstrando à evidência o fracasso social das políticas deste governo?

Prova, mais prova do que essa, era difícil!

Não bate a bota com a perdigota. Uma de duas: Ou este orçamento é propaganda. Ou este orçamento é mal feito. Escolham o fato que melhor lhes serve. Mas tenham uma coisa como certa. Este orçamento passa nesta casa, com a vossa maioria, mas não passa para a casa de nenhum açoriano porque não tem pernas para andar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É inútil tentar diluir a realidade do presente e decretar num passo de mágica um futuro promissor que nunca chega e que, realisticamente, já ninguém consegue vislumbrar.

O anúncio do governo, por toda a parte declarado, de um novo ciclo político não é mais do que uma necessidade da sua própria sobrevivência.

Uma maioria que, após um ano de mandato, tem necessidade de anunciar um novo ciclo político só pode ser uma maioria que sente que precisa de uma fuga para a frente.

Uma maioria que, após um ano de mandato, tem necessidade de anunciar um novo ciclo político só pode ser uma maioria que pressente que se começa a esgotar precocemente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um Plano e Orçamento não pode ser uma espécie de “raspadinha”. Não se pode inscrever ações para fazer, verbas para realizar e depois ficarmos todos à espera de ver, se, raspada e raspada a execução orçamental, as coisas se concretizam, e premeiam, não se sabe quando, com a devida realização, o que foi provisionado. O Plano e Orçamento não é nem pode ser um documento deitado às sortes.

É responsabilidade deste governo que o principal instrumento de gestão da nossa Região seja um documento de opções concretas, validadas pelas necessidades das nossas gentes, conformadas pelas opções inadiáveis necessárias ao progresso da nossa Região, e com certeza na execução.

É nesse pressuposto que aqui estamos. É nesse pressuposto que trabalhamos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS apresenta em sede deste debate propostas concretas para todos os Açorianos.

Reafirmamos, já não é de agora, na saúde, o propósito de reduzir com as vergonhosas listas de espera intermináveis que tiram a esperança a quem

precisa de cuidados de saúde e sofre na sua casa. Queremos que os açorianos tenham soluções efetivas de acesso à saúde, quer através do Serviço Regional de Saúde, quer através da possibilidade do recurso ao setor social e ao setor privado, como meios complementares de combater este flagelo das listas de espera (e falamos só da cirúrgicas).

Reforçamos, na solidariedade social, as respostas sociais que o CDS conseguiu nesta assembleia e que constituem grandes conquistas dos açorianos.

Nos transportes, queremos que escoamento dos nossos produtos seja uma realidade e que a SATA esteja, em primeiro lugar, ao serviço dos Açorianos.

No trabalho, pretendemos mais emprego com mais formação.

Nas infraestruturas, temos propostas que vão ao encontro das nossas populações.

Na cultura, as nossas medidas assumem as tradições e a identidade das nossas gentes.

Estamos responsabilmente disponíveis para trabalhar pelo futuro dos açorianos. Ainda é tempo de, com humildade, no superior interesse dos açorianos, o governo aceitar que as propostas, apresentadas pelo CDS, constituem resposta a necessidades inadiáveis que contribuirão para o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O PSD entende que este deve ser, verdadeiramente, um momento de rutura nos Açores.

Rutura na forma de fazer Política.

Rutura na visão da Sociedade e da Economia.

Rutura para que tenhamos uma verdadeira Democracia, em que o Governo, sendo dos Açores, os Açores não são do Governo.

Impõe-se acabar com as dependências económicas, sociais e até psicológicas que o Governo socialista promove.

Apresentamos, por isso, uma visão alternativa.

Esta é uma visão que se traduz, também, nas propostas que fazemos aos documentos orçamentais.

Trata-se de toda uma ação política virada para a Economia privada, para o equilíbrio da Sociedade e para a transparência da Democracia.

No fundo, queremos dar autonomia aos sujeitos da Autonomia. Liberdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Na Economia queremos mais dinheiro para as famílias e empresas. Por isso, propomos uma baixa de impostos e passagens aéreas inter-ilhas mais baratas.

Na Sociedade queremos ajudar quem mais precisa, promover a ascensão social através de uma melhor Educação e um sistema de Saúde eficiente.

Para a melhoria da Democracia, queremos mais transparência, mais independência na administração pública e uma luta, sem tréguas, contra a corrupção.

Nessa medida, propomos todo um novo capítulo no Orçamento intitulado “Transparência e prevenção dos riscos de corrupção”.

Da resposta que a maioria der a estes desafios estratégicos que aqui colocamos, ficaremos a saber se o Partido Socialista está do lado das ruturas que se exigem, ou prefere continuar no mesmo ciclo de sempre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos e Açorianas saberão que existe um outro caminho e que podem contar com uma alternativa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Somos um partido responsável. Não caímos no equívoco de dizer que está tudo mal.

Mas também não embarcamos na euforia do Governo e do grupo Parlamentar do PS, que passou este debate a dizer que está tudo bem.

Há uma parte significativa da população que continua a viver à margem do progresso.

Não é o PSD que o diz. É a realidade que o confirma. São as instituições da sociedade que o comprovam.

O senhor Bispo de Angra, D. João Lavrador, é muito claro a este propósito, quando afirma que “há uma realidade social alarmante no que respeita à pobreza nos Açores”.

Cerca de 18 mil açorianos dependem do Rendimento Social de Inserção para sobreviver.

A Estratégia Contra a Pobreza e Exclusão Social recentemente anunciada é a confissão do fracasso do Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesta área o Partido Socialista só tem planos para mostrar, e repito, um Governo e um partido que se diz socialista, ter que reconhecer ao fim de vinte anos de governação que precisa de uma estratégia, de um plano para a luta contra a pobreza é, isso mesmo, um depoimento eloquente do falhanço de uma governação socialista.

Deputados Luís Maurício e Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Há sete anos o Governo também tinha apresentado um plano idêntico.

Em matéria de combate à pobreza, a governação socialista está sempre a começar do zero.

Nos intervalos entre cada plano de combate à pobreza, os Açorianos mais frágeis limitam-se a esperar. E a sobreviver.

À falta de coesão social, junta-se a falta de coesão regional.

O fosso entre ilhas acentuou-se no que diz respeito aos níveis de desenvolvimento.

O poder de compra de um cidadão das ilhas das Flores, Graciosa ou São Jorge é muito inferior ao registado nos concelhos de Angra do Heroísmo ou Ponta Delgada.

Com uma Região a duas velocidades, como mostra a disparidade entre níveis de desenvolvimento, o resultado é a acentuada perda de população em várias parcelas de todas as nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, nos últimos 10 anos, São Jorge perdeu 10 por cento da população. A Graciosa perdeu seis por cento. A ilha das Flores perdeu cinco por cento da população.

Aos problemas da pobreza e da falta de coesão entre ilhas, infelizmente este Orçamento não dá resposta. É de novo, mais do mesmo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Orçamento não inspira confiança.

Parceiros sociais, partidos da Oposição e até personalidades do próprio Partido Socialista põem em causa a credibilidade dos documentos orçamentais.

De vários setores da sociedade açoriana se ouviram críticas à sistemática falta de concretização, por parte do Governo, dos compromissos assumidos anteriormente e que se repetem para o ano de 2018.

Mas não são apenas os parceiros sociais ou a Oposição que duvidam da credibilidade dos documentos que estamos aqui a discutir.

Muitos socialistas também deixaram de acreditar no seu próprio Governo. As provas estão à vista de todos. Só não vê quem não quer ver.

As duras críticas feitas por diferentes Conselhos de Ilha aos documentos orçamentais para 2018 revelam bem que este Orçamento não inspira confiança.

Afinal, são os próprios autarcas e dirigentes do Partido Socialista que não se reveem nas propostas de Orçamento e Plano do Governo Regional.

O Conselho de Ilha da Terceira manifesta “desagrado e incómodo” por ser obrigado a repetir, ano após ano, as mesmas reivindicações. Tudo devido ao “incumprimento reiterado” do Governo Regional. O Conselho de Ilha da Terceira é presidido por um autarca do PS que foi, durante 16 anos, membro do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O Conselho de Ilha do Faial diz que a credibilidade dos documentos orçamentais do Governo “é cada vez mais duvidosa”. Recordo que o Conselho de Ilha do Faial é liderado por um antigo deputado do Partido Socialista, que foi Presidente deste Parlamento durante oito anos.

Conclusão: o Governo Regional apresenta aos Açorianos um Orçamento que não inspira confiança à sociedade, à Oposição ou às forças vivas das nossas ilhas. Nem a muitos socialistas o Orçamento do Governo inspira confiança!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Segundo esta proposta de Orçamento, o Governo Regional dos Açores espera receber no próximo ano quase 700 milhões de euros em impostos. É o valor mais alto de sempre.

O Governo ganha um jackpot fiscal, mas não quer repartir o prémio com os Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em vez de redistribuir a riqueza, o Governo Regional prefere apresentar mais um Orçamento reincidente em tirar dinheiro à economia real.

Também por isso, este Orçamento não inspira confiança.

Com a maior receita de impostos de sempre, exigia-se um Orçamento de rutura, em que as famílias e empresas açorianas saíssem a ganhar.

Só o Governo Regional sai a lucrar com este Orçamento. Para as famílias e empresas fica tudo na mesma.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É por isso que o PSD/Açores insiste – e vai continuar a insistir – na devolução de rendimentos a todos os Açorianos, através de uma redução dos impostos para níveis anteriores ao período da ‘troika’.

Como partido responsável que somos, aceitamos que a redução fiscal que propomos seja feita de forma faseada.

Não estamos sozinhos nesta matéria. A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a UGT e a Federação Agrícola dos Açores, também têm vindo a defender a baixa dos impostos para os trabalhadores e para as empresas.

Baixar os impostos nos Açores permite aumentar o poder de compra e a capacidade de poupança das famílias.

Baixar os impostos torna as empresas açorianas mais competitivas.

Com menos impostos há mais investimento e mais emprego.

O PSD/Açores acredita que um euro nos bolsos das famílias e das empresas gera mais riqueza do que um euro nas mãos do Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

O PSD/Açores participou neste debate com uma visão não apenas crítica, mas apresentando boas propostas.

É, para nós, fundamental que o Orçamento da Região passe a incluir medidas que aumentem a transparência e previnam os riscos de corrupção.

No âmbito da prevenção e combate à corrupção, propomos que todos os departamentos do Governo, serviços da administração, institutos públicos e empresas públicas regionais procedam à elaboração ou atualização dos seus planos de gestão de riscos de corrupção.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes planos têm que ser efetivamente postos em prática e a sua aplicação acompanhada através de relatórios de execução.

Caberá ao Parlamento dos Açores o controlo da implementação destas medidas de prevenção e combate à corrupção.

O reforço da transparência da atividade governativa e da administração pública é outra questão central para o PSD e da qual não abdicamos.

Os Açores necessitam uma cultura política que faça da transparência da governação um dever.

É por isso que propomos aqui um conjunto de regras claras para impedir que o Governo Regional continue a infringir o limite máximo legal para a concessão de garantias a empréstimos.

É absolutamente inaceitável – e ilegal – que o Governo, à margem do escrutínio deste Parlamento e da sociedade, teime em recorrer à artimanha das chamadas “cartas conforto” para que as empresas públicas se continuem a endividar.

O expediente das “cartas conforto” já foi condenado, diversas vezes, pelo Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores quer acabar com esta prática e assegurar que todas as operações de endividamento das entidades públicas sejam transparentes e do conhecimento dos Açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Açorianas e Açorianos:

Maior transparência é também precisa na produção de informação estatística rigorosa e independente.

A informação estatística é fundamental para o exercício da cidadania e para a atividade das empresas.

Os Açores precisam de um serviço de estatística absolutamente credível e livre da influência do Governo.

Propomos neste Orçamento a transformação do Serviço Regional de Estatística em Instituto Regional de Estatística dos Açores, com um presidente eleito por maioria de dois terços do desta Casa, da verdadeira Casa da Autonomia e da democracia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: No sentido de dar mais força a este Parlamento, naquilo que temos vindo a defender e naquilo que temos vindo a salientar perante as açorianas e os açorianos, nos Açores onde temos um poder do Governo Regional, em termos relativos, muito superior ao poder do Governo noutros espaços democráticos, precisamos também de mais contrapoderes, de mais equilíbrio de poderes e infelizmente o que temos é menos do que se passa noutros espaços.

É por isso que ainda sem mexer na arquitetura do sistema autonómico, ainda sem mexer no Estatuto ou na Constituição, podemos dar passos importantes, dando força a este Parlamento para que desta Casa da autonomia e da democracia, se comece a emergir aqui novos poderes, novos contrapoderes e possamos ter uma melhor democracia, com mais justiça e mais liberdade nos Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É por isso que propusemos e defendemos há vários anos, ter um Conselho Económico e Social liderado por uma personalidade independente,

eleita por dois terços deste Parlamento e que felizmente a sociedade civil, e até agora o PS também já concorda, e desafiamos o PS para concordar também com mais poder a este Parlamento Regional, para eleger por dois terços o Presidente do Instituto Regional de Estatística.

Mas mais do que isso, também para libertar a Inspeção Administrativa Regional, do poder deste Governo, propomos que esta Inspeção Regional da Administração Pública, o seu presidente, seja eleito por dois terços deste Parlamento.

Queremos assim conferir um outro estatuto de independência e evitar que esta Inspeção seja usada, como às vezes o Sr. Vice-Presidente usa, como arma de arremesso político pelo governo socialista.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: O PSD/Açores vai ainda mais longe nas suas propostas, respondendo assim às mais diversas necessidades da nossa sociedade.

Pomos à discussão neste debate do Orçamento uma proposta para baixar em 25 por cento o preço das passagens aéreas inter-ilhas para residentes, garantindo que nenhuma passagem de ida e volta custe mais do que 90 euros.

Para melhorar os rendimentos do setor primário, defendemos aqui a criação de um programa de investigação e desenvolvimento de novos produtos agrícolas, bem como para a procura de novos mercados para as produções regionais.

Não é um programa de um ano, é um programa que já explicámos que deve ter o horizonte de 3 a 5 anos e incentivar, mobilizar a nossa indústria para que produza produtos diferenciados, coloque em mercados diferenciados e obtenha mais valias que possam fazer um crescimento aos produtores, porque nos Açores produzindo um dos melhores leites do mundo, temos o leite pior pago

da Europa. Isso devia envergonhar quem tem gerido e quem tem feito uma política nos Açores sem estratégia para o setor agrícola.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pomos também à discussão, para ajudar quem mais precisa, o chamado Apoio Energético Solidário, que visa compartilhar as despesas das instituições particulares de solidariedade social em energia elétrica, que possam assim por essa via ter mais facilidade para dar a mão a quem precisa nos Açores e sabemos que infelizmente são muitos, jovens e idosos em particular.

Apresentamos também uma proposta de aumento dos complementos regionais de pensão e de abono de família, para ajudar os mais desfavorecidos. Há folga neste Orçamento para concretizar estas duas medidas de apoio social.

Os aumentos não podem surgir meramente nos anos eleitorais, como o PS fez com o abono de família, em 2012 e 2016.

E, também para terminar esta apresentação de algumas das medidas que vamos apresentar aqui, pelo sexto ano consecutivo, voltamos a propor que este Orçamento dê uma resposta aos milhares de Açorianos que aguardam por uma cirurgia nos Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Com as propostas que o PSD apresentou neste debate do Orçamento, cumprimos a nossa obrigação perante os Açorianos.

Acreditamos na nossa visão.

Acreditamos que as propostas que apresentamos são boas para os Açores.

Aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS estão comprometidos com a necessidade de maior transparência e com o combate à corrupção, como defende o PSD/Açores.

Aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS querem dar liberdade à sociedade açoriana e ter uma economia menos dependente dos poderes públicos.

Em suma, aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS estão do lado das ruturas que se exigem, ou preferem continuar no mesmo ciclo de sempre.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um Orçamento que não melhore a vida dos Açorianos, recuse a necessidade de maior transparência e ignore o combate sem tréguas à corrupção não merecerá o nosso apoio.

Servir os Açorianos é a nossa missão.

Queremos servir com mais Economia, mais Sociedade e mais Democracia.

Este debate deixou bem claras as diferenças entre a governação socialista de 20 anos e o projeto social-democrata de alternativa.

Para o PSD, baixar os impostos e ter passagens aéreas mais baratas é essencial para que haja mais economia, mais investimento e mais emprego. Para o Partido Socialista, a Economia gira à volta do Governo.

Para o PSD, a sociedade civil é o motor de uns Açores melhores. Para o Partido Socialista, os parceiros sociais são um estorvo sempre que têm uma opinião contrária à do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para o PSD, a Democracia alimenta-se da transparência na governação e gestão dos dinheiros públicos. Para o Partido Socialista, a opacidade é a melhor via para manter-se no poder.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: As diferenças estão à vista de todos.

Queremos contribuir para uns Açores melhores.

Temos uma visão positiva e alternativa.

Se o PS ataca a Oposição, como é habitual em todos estes momentos e daqui a bocadinho vamos ver, nós queremos atacar os problemas dos Açorianos e apresentamos soluções para os problemas dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Hoje e sempre vamos continuar a cumprir a nossa missão: Servir os Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford(PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Cabe-nos, hoje, proceder ao encerramento do debate na generalidade das propostas de Plano e de Orçamento da Região para 2018.

O anterior Vice-Presidente norte-americano, Joe Biden, procurando demonstrar em termos práticos a importância de um Orçamento, afirmou um dia (e cito): “Não me digam o que valorizam; mostrem-me o vosso Orçamento, e eu digo-vos o que valorizam”.

E, de facto, de cada vez que nos debruçamos sobre os documentos orçamentais para o ano seguinte corremos sempre, pelo menos, dois riscos.

Um é o de os considerarmos apenas na sua dimensão quantitativa - como se se tratassem de meras coleções de números e cifras consignadas - e não como compromissos políticos que expressam valores e aspirações para o nosso futuro coletivo.

O outro risco é o de os analisarmos isoladamente, no vácuo, sem atendermos à sua circunstância e ao facto de serem inevitavelmente consequências das opções e dos resultados do passado.

Neste sentido, os documentos provisionais que examinámos e debatemos nos últimos três dias são herdeiros de uma história e devedores de um percurso.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: São relatórios intercalares de um trajeto de tenacidade, de empenho, de coragem e de convicção das famílias e das empresas Açorianas, que suplantaram, com o apoio de vários Planos e de vários Orçamentos públicos, uma longa e desafiante crise económica e social.

Os documentos que apresentámos são um testemunho de que os governos do Partido Socialista honraram a confiança que os Açorianos lhes concederam, para desenvolverem e implementarem medidas de combate à crise.

São, em concreto, a definição das prioridades e dos princípios orientadores daquilo que podemos aspirar a conquistar enquanto sociedade, por termos sido capazes de ultrapassar com ânimo e perseverança as dificuldades do caminho.

Alguém dizia nesta casa, no auge da crise, quando era fácil fomentar a descrença, fomentar a desgraça, e cito: “não pode o Governo chegar-se à frente

quando lhe convém e esconder-se atrás dos outros quando não lhe convém ou quando tem de tomar decisões difíceis”.

Pois, a maioria que aqui represento nesta tribuna e que suporta o Governo é a mesma, não se escondeu quando teimava, quase sozinha, em acreditar na capacidade dos Açores darem a volta por cima, e não se esconderá agora, quando a nossa missão é a de consolidarmos a retoma, sustentarmos o crescimento económico e ganharmos o futuro!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Provámos, em conjunto com os Açorianos, que afinal, e ao contrário do que profetizou, com gáudio, o Senhor Deputado Duarte Freitas, num dos debates do Plano e Orçamento ocorridos em plena crise, foi esta maioria, foi a sua governação que, trilhando caminhos com resultados, conseguiu ultrapassar o que o PSD então apelidava de “maior crise económica e social da história da Autonomia”.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Fomos nós, senhoras e senhores deputados, foram os Açorianos que merecem os louros dessa conquista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No discurso da oposição, a retoma ou é uma nota de rodapé ou é uma opinião propagandeada pela maioria – essa eterna culpada de tudo o que corre mal e nunca merecedora do mínimo reconhecimento por aquilo que corre bem.

Mas, na realidade da vida de todos os dias, das nossas famílias e das nossas empresas, a recuperação da nossa economia e dos rendimentos das pessoas é um facto, é um estímulo e é uma conquista que é imperioso preservar.

E os dados são inequívocos a esse respeito, demonstrando com clareza que, em parceria com os Açorianos, fomos capazes de colocar a nossa Região no rumo certo.

Todos se recordam que, no primeiro trimestre de 2014, tivemos um desemprego superior a 18%.

Nessa altura, não faltavam arautos da desgraça, profissionais da desesperança, que se digladiavam para ter palco, uns segundos de som, uns segundos de imagem, a apontar o dedo, a exigir a cabeça dos responsáveis ou até a anunciar o princípio do fim do Partido Socialista enquanto Governo.

Dizia-se então que faltava empenho ao Governo, duvidava-se da eficácia das medidas propostas a cada Plano e a cada Orçamento, questionava-se permanentemente a capacidade de se gerar resultados.

O Governo Regional canalizou, então, grande parte dos fundos disponíveis para a implementação da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, dando prioridade absoluta ao estancar do desemprego, ao apoio aos desempregados e ao incentivo aos empresários.

As medidas tomadas permitiram que hoje se registre uma taxa de desemprego de cerca de 8%, a mais baixa dos últimos 6 anos. Temos menos de metade dos desempregados de há três anos. Há mais 13.000 Açorianos com emprego.

Isso significa que, sem deixarmos de empenhar o melhor de nós na procura de soluções para quem continua, infelizmente, desempregado, podemos agora dar início a uma nova agenda, centrada na estabilidade e no aumento dos rendimentos daqueles que, felizmente, conseguiram emprego.

Também ao nível do crescimento e da dinamização da atividade económica, os dados são cristalinos.

Depois de crescimentos negativos, que chegaram a atingir os -3,5%, em 2012, e que se mantiveram em 2013, o PIB da Região registou um crescimento de 2,1% em 2016, demonstrando que a nossa economia não só inverteu o ciclo negativo que vivia, como cresce agora de uma forma consolidada e acima da média nacional.

A confiança e a estabilidade geradas pela ação e investimento público nas fases mais agudas da crise ajudaram, decididamente, os nossos empresários a manterem viva a sua capacidade de empreender e de resistir.

Essa dinâmica pode ser comprovada pelos dados mais recentes do investimento privado, da produção de bens e serviços e da criação de novas empresas, ou, de forma indireta, através do aumento do consumo privado.

É, pois, agora possível dirigirmos a nossa atenção para um conjunto de medidas e de ações que ajudem a potenciar e a reforçar esta evolução positiva da nossa economia, com particular enfoque no aumento do rendimento disponível das nossas famílias.

Sectorialmente, e apesar de se verificarem crescimentos a ritmos distintos, é certo, é verdade, é também evidente a evolução positiva que vivemos.

Até mesmo em setores como as pescas ou a construção civil, particularmente afetados pelas ondas de choque da crise, começam a surgir indícios sólidos de recuperação, ao nível da mão-de-obra, e ao nível da recuperação de rendimentos, no caso das pescas.

A agricultura, por sua vez, enquanto setor fundamental da economia da Região, exige uma permanente atenção no sentido da qualificação e valorização da produção e do aumento do rendimento das suas várias fileiras.

Precisa também, é certo e é verdade, de uma atenção especial no caso do leite, cujo preço tem de prosseguir uma trajetória sustentada de convergência com o praticado a nível nacional.

Há agora quem queira resumir toda esta dinâmica de recuperação, que procurei descrever, em obra e graça do Turismo, que cresce, em números e em proveitos a um ritmo assinalável.

Consideram, no fundo, que foi o mercado, a onda de liberalização e a capacidade da iniciativa privada, que geraram este desenvolvimento, apesar do Governo Regional, dizem estes interlocutores.

Curioso... curioso e até mesmo intrigante, já que, em 2014, no auge das dificuldades económicas da nossa Região, eram estes os mesmo que diziam nesta casa, pela voz do Senhor Deputado Duarte Freitas, e cito, “No Turismo, as políticas são totalmente da responsabilidade do Governo Regional e, portanto, a crise é totalmente da culpa exclusiva do Governo Regional”.

Chegados a este ponto, não há como não perguntar, senhoras e senhores deputados, mas então...

se a culpa era exclusivamente do Governo, porque é que agora não é o Governo que tem mérito?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi o Governo da República que fez!

O Orador: Se estava quase tudo errado, como é que deu quase tudo certo, senhoras e senhores deputados?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos absoluta consciência de que nada nesta recuperação económica é definitivo.

Temos perfeita noção de que a nossa tarefa, enquanto partido que assume responsabilidades governativas, é incessante e permanentemente incompleta.

O mérito é todo da fibra do Povo Açoriano, que nos orgulha e estimula, mas também é verdade que, graças ao que fomos capazes de alcançar, o ponto de partida e o horizonte das nossas preocupações e prioridades se alteraram.

Podemos, agora, por isso, entrar, com confiança, num novo ciclo de políticas de apoio ao desenvolvimento.

Verificamos, ao longo destes dias de debate, que a expressão “novo ciclo” causa irritação e uma certa perplexidade à oposição.

Pois eu tentarei, de forma sintética, explicar o que é o novo ciclo.

Para começar e desde logo é o exato contrário do que significava para os senhores a expressão “fim de ciclo”, que as senhoras e senhores deputados da oposição utilizaram até à exaustão durante os anos de crise e até às últimas eleições legislativas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É a resposta política à evolução positiva da nossa economia e aos novos desafios que ela comporta.

É a prova cabal de que, como um dia disse Tesla, um engenheiro revolucionário que só agora tem sido reabilitado, e cito, “o futuro diz a verdade e avalia cada um de acordo com seus trabalhos e suas conquistas.”

Um novo ciclo é o que nos permite, portanto, atingir um novo tempo na vida dos Açorianos e Açorianas, um novo tempo que reivindica políticas públicas novas, por exemplo, ao nível da competitividade empresarial.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: Hoje, a nossa preocupação já não é exclusivamente com a sobrevivência das empresas, com os problemas do pequeno comércio para cumprir os seus compromissos com a banca ou com as dificuldades, por

exemplo, de um típico restaurante regional em manter os seus postos de trabalho.

Felizmente, hoje, podemos agora vocacionar as nossas políticas públicas para o aumento das exportações e do respetivo valor acrescentado, para que o pequeno comércio tenha capacidade para investir ou para que o tal restaurante típico regional possa melhorar a sua oferta, com mais trabalhadores qualificados e melhor serviço.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, a nossa preocupação já não está exclusivamente direcionada para a manutenção do emprego, para assegurar uma ocupação a quem quer desesperadamente trabalhar para ganhar sustento ou para garantir um rendimento digno, que permita a sobrevivência das famílias atingidas pelo infortúnio do desemprego.

Sabemos que este trabalho será sempre inacabado e que imperativamente merecerá sempre a nossa atenção, pois está na matriz de um partido socialista não esquecer quem passa dificuldades, mesmo que sejam em pequeno número ou mesmo que tenham pouco poder de reivindicação.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, a verdade é que esta nova circunstância, este tempo novo, para a economia açoriana permite que orientemos as políticas públicas para outros desafios que se tornam agora também prioritários.

Políticas públicas que permitam, por exemplo, estabilizar a vida do trabalhador que está em situação precária há anos e que, por este motivo, não consegue obter um empréstimo bancário para ter uma casa, não arrisca ter filhos ou pensar a sua vida mais do que no horizonte temporal do seu contrato de trabalho ou da boa vontade do quem o emprega.

Políticas públicas que permitam dizer a um trabalhador que entre no mercado de trabalho após obter qualificações, que há quem necessite das suas

competências, que estas devem ser justamente remuneradas e que sim, é normal, é expetável, é justo, que o tempo dedicado, que a aptidão demonstrada numa função, permitam progredir na carreira e ver valorizada em termos remuneratórios a sua atividade.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Medidas que permitam manter e reforçar a um Açoriano ou a uma Açoriana que vivam nos Açores, por via de terem os impostos mais baixos do país - é bom lembrar! - e dos diversos complementos públicos, um rendimento disponível mais alto em cerca de 1000 euros, ao que teriam se vivessem, em condições idênticas, no Continente ou na Madeira.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: No fundo, estas novas políticas públicas materializam um contrato social estabelecido há muito entre o Partido Socialista e o Povo Açoriano e que a nossa oposição tenta desesperadamente desconsiderar: de que existe uma esperança fundamentada no futuro dos Açores e de que o dia de amanhã será necessariamente melhor do que o dia de hoje.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos que a construção deste novo ciclo de políticas dirigidas para o aumento dos rendimentos das famílias e das empresas deve ser um processo aberto, participado, envolvendo todos, na medida das suas responsabilidades e funções.

Para o PS, a abertura ao diálogo, entre partidos e com representantes da sociedade civil, não é uma novidade de conveniência.

É uma obrigação democrática e é uma prática política com história e com resultados concretos. Temos aprovado e implementado, ano após ano, propostas de alteração e novas medidas com origem na oposição - toda a oposição.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sempre dissemos, e reafirmamos agora, que estamos abertos para acolher, em sede de especialidade, propostas que possam contribuir para melhorar a ação governativa do Partido Socialista e os seus resultados, venham elas de quem vierem.

Contudo, há, a este propósito, três limites intransponíveis porque essenciais à Democracia e à sua concretização.

Em primeiro lugar, o interesse geral, aquele que nos obrigamos todos a representar e a proteger nesta casa, o imperativo máximo da nossa atividade, e que não é nem a soma dos interesses particulares, nem a voz dos que falam mais alto.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Gerir o que é de todos implica pôr o interesse de todos acima do interesse de cada um de nós.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o respeito pelas linhas programáticas do PS, validadas maioritariamente nas últimas eleições legislativas.

Aceder a implementar medidas que contrariam os compromissos políticos que celebramos eleitoralmente com a larga maioria dos Açorianos, seria, naturalmente, desrespeitar a soberania do povo e desvirtuar a manifestação da sua vontade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E por fim, um terceiro limite que não ultrapassaremos na apreciação das propostas da oposição é o da responsabilidade política e financeira.

Só há duas maneiras de elaborar um Plano e um Orçamento que dê tudo a todos, e o Partido Socialista não é capaz de pactuar com nenhuma delas.

Uma é fingir que os recursos são ilimitados, o que nunca faremos, como já ficou provado pelo nosso património na gestão equilibrada e consciente da “coisa” pública.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A outra é esquecer que as decisões políticas implicam responsabilidade, presente e futura; é apostar tudo no amealhar de simpatias e de apoios de conveniência, na ânsia de agradar a alguns já que não se consegue agradar à maioria.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Alguma oposição faz propostas como se o futuro fosse responsabilidade exclusiva de quem governa;

Como se o que se aprova não tivesse de ser sustentado financeiramente;

Como se o simples facto de alguém querer - um porto de milhões ou uma atualização exclusiva de uma carreira profissional - fosse suficiente para ter, sem qualquer juízo de possibilidade ou de justiça destas pretensões.

Nós não.

Deputado Francisco César e Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Na preparação deste debate, estivemos no terreno em diálogo franco com os parceiros sociais, em dezenas e dezenas de reuniões, envolvendo os mais diversos setores de atividade.

Para nós, aliás, não há parceiros sociais bons e maus, amigos e adversários, companheiros ou camaradas. Para nós há apenas legítimos representantes dos interesses setoriais – alguns até com a legitimidade reforçada de quem exerce essa função há duas ou três décadas na Região.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É, por isso, nosso entender que um Plano e um Orçamento não se devem preparar ou debater sem conhecer as aspirações e os interesses dos parceiros sociais.

Mas também é nossa convicção que um Plano e um Orçamento feitos em nome do interesse geral e respeitadores da sustentabilidade financeira da Região não devem ser uma espécie de sopa da pedra das reivindicações de cada setor, onde tudo cabe enquanto a panela não derramar.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Este Orçamento, sem deixar de impulsionar um aumento de rendimentos dos Açorianos, não contempla tudo para todos, porque tem como princípio fundamental o respeito pelo esforço de todos os Açorianos.

Foi Ortega y Gasset quem escreveu a frase que melhor define o comportamento da oposição, de alguma oposição, que promete tudo a todos e sacode a água do capote quanto ao financiamento de tais compromissos.

Disse o filósofo espanhol, e cito: “É imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo acompanhado da severa vontade de prover os meios da sua execução”. E tem toda a razão.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Toda!

O Orador: Mas para que não nos acusem de disfarçar o nosso pensamento com pomposas citações pretensamente eruditas, vamos socorrer-nos também das palavras de José Manuel Bolieiro, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dirigente regional do PSD Açores, para quem (e vou citar) “Dependendo de se estar no poder ou na oposição, a abordagem às questões é muito diferente e, provavelmente quem não tem o exercício do poder e a

responsabilidade de decidir, usa muito mais facilmente a demagogia do que a responsabilidade e o realismo”. Fim de citação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade! Não é o nosso caso, mas é verdade!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Trata-se agora de votarmos as propostas de Plano e Orçamento na generalidade, tal como elas foram apresentadas a este Parlamento pelo Governo e sem quaisquer propostas de alteração dos vários partidos.

Espera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de uma oposição responsável que, pelo menos, conceda o benefício da dúvida a quem tem prosseguido este trajeto de recuperação e conduzido a nossa Região ao patamar da estabilidade económica que hoje vivemos.

Se optarem por assumir a rejeição liminar de um Plano e de um Orçamento especialmente dedicados ao rendimento das famílias e ao crescimento da nossa economia, os partidos da oposição fá-lo-ão naturalmente no exercício das suas prerrogativas democráticas, mas não se isentam de um julgamento político.

E, da parte do Partido Socialista, o juízo político é claro. Os partidos da oposição que assim votarem, estarão a renovar a postura de negação, de agoiro que têm mantido ao longo dos últimos anos e a colocar os potenciais incómodos políticos e os eventuais insucessos governativos, acima do desejo de progresso e desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente!

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pelo contrário, esta é uma maioria que só aceita ser refém do povo Açoriano e da esperança no futuro;

Que só admite tentar sempre, insistir sempre, lutar sempre, devedora que é da confiança da maioria dos Açorianos;

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma maioria que falha e erra, mas que nunca renega o risco de ter de decidir;

Que defende apaixonadamente a nossa Região e que se alimenta permanentemente do sonho de a tornar melhor;

Que nunca se satisfaz, tanto no sucesso que obtém como no novo desafio que tem para o ultrapassar;

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Somos servidores do Povo Açoriano e só dele dependemos para sermos sempre melhores.

Eis-nos, como sempre, prontos e desejosos de contribuir para a construção de um melhor futuro para a nossa terra e para a nossa gente!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora, para encerrar este debate, a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No termo dos três dias regimentalmente determinados para o debate e votação das propostas apresentadas a este Parlamento de Plano e Orçamento para 2018,

cabe-me, como Presidente do Governo dos Açores, concluir este período de debate.

Faço-o, não apenas no cumprimento de um preceito, mas, sobretudo, com a consciência da importância que estes documentos, e este momento, assumem para o futuro da nossa Região e para o futuro da vida das Açorianas e dos Açorianos.

Julgo, por isso, importante e, porventura, útil, salientar alguns aspectos que ressaltam destes documentos naquilo que releva para uma maior e melhor compreensão da sua génese, do seu contexto e dos seus objectivos.

Os investimentos que o Governo dos Açores pretende concretizar no próximo ano, ao abrigo do Plano de Investimentos da Região, não foram definidos à porta fechada num qualquer gabinete da administração.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Logo no início do processo de definição do que pretendemos fazer, convidámos os partidos políticos com representação parlamentar, as centrais sindicais e as instituições representativas de sectores e atividades, como a Federação Agrícola ou a Federação de Pescas dos Açores, a partilharem connosco a sua visão, as orientações estratégicas que consideravam ou consideram, que os Açores devem prosseguir e, bem assim, as medidas concretas ou os investimentos específicos que entendiam deverem ser realizados.

Os parceiros sociais que integram o Conselho Regional de Concertação Estratégica, como resulta da lei, mas sobretudo da convicção do Governo, também se pronunciaram sobre que linhas estratégicas e que investimentos prioritários deveriam nortear o investimento público regional no próximo ano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Conselhos de Ilha também foram chamados a participarem neste processo, pronunciando-se sobre o que deveria ser, na sua perspetiva, o nosso futuro colectivo nesse domínio.

Reunimos com quem quis reunir connosco, ouvimos quem quis falar connosco, explicitando opções, ouvindo propostas e, quando foi caso disso, reafirmando estratégias.

Neste contexto, e com este processo que antecedeu no tempo o momento em que agora nos encontramos, o que resulta claro e evidente é que os documentos que, em breve, esta Assembleia vai votar resultam de um postura de abertura, de participação e de transparência.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Abertura não apenas por determinação da lei, mas, sobretudo, por imposição da consciência.

Participação de todos quantos a isso se dispuseram.

Transparência na explicitação clara das nossas apostas, das nossas estratégias e das nossas motivações.

E se com todo este processo de debate, de abertura e de participação se afirma a transparência do processo de construção destas propostas, também é indesmentível que a assunção clara de que, matérias há, em que as perspectivas e as abordagens são diferentes, e que há propostas com as quais não concordamos, - reforça e evidencia esta mesma transparência.

Deputados André Bradford e Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O facto de haver essas diferenças e essas discordâncias, não põe em causa, bem pelo contrário, nem a democracia, nem o diálogo, nem a concertação.

Se qualquer uma dessas ideias fosse sinónimo da obrigatoriedade de aceitação de todas as propostas que nos chegam, apenas porque nos chegam de outros partidos ou de parceiros sociais, não estaríamos a falar de democracia, mas de subversão da democracia, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... não estaríamos a falar de diálogo, mas de imposição, não estaríamos a falar de concertação, mas de submissão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nessa acção, o Governo não obedeceu, nem obedece, a outro critério, nem se sujeita a si, nem aquilo que faz, a outro interesse que não seja o interesse dos Açores.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Interesse dos Açores que, convém ter presente, não corresponde apenas à soma dos interesses dos partidos, apenas à soma dos interesses dos parceiros sociais, ou sequer apenas à soma dos interesses dos Concelhos de Ilha.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Convém, por isso, lembrar aqui que o Governo dos Açores tem uma legitimidade, tem um mandato e tem uma postura.

Tem a legitimidade que deriva da votação maioritária que o partido que o suporta obteve nas eleições regionais há pouco mais de um ano e a consequente manifestação de confiança por parte dos Açorianos.

Tem o mandato claro de cumprir o projeto que submeteu aos Açorianos e que estes sufragaram maioritariamente.

Tem a postura de, no cumprimento desse mandato e no exercício dessa legitimidade, planear, ouvir, analisar e decidir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

As propostas de Plano e Orçamento para 2018 chegam a este plenário sob o signo de um novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento da nossa Região.

Mas do que falamos, quando falamos de um novo ciclo?

No primeiro trimestre de 2014, a taxa de desemprego na nossa Região, 18%, situava-se acima da média nacional e era das mais altas do País.

Hoje, com os dados referentes ao 3º trimestre de 2017, a taxa de desemprego na nossa Região, 8,2%, está abaixo da média nacional e é das mais baixas do país.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em pouco mais de três anos,

- a taxa de desemprego baixou para menos de metade;
- a população empregada cresceu em mais de 13.300 Açorianos;
- o número de desempregados caiu 53,8% (menos 11.690 desempregados).

Em 2012, a hotelaria tradicional na nossa Região registou cerca de 1 milhão de dormidas, repartidas, quase de igual modo, entre residentes no estrangeiro e residentes no País.

Hoje, os dados disponíveis demonstram que nos aproximamos do dobro desse valor, dos 2 milhões de dormidas, em que pouco mais de 40% corresponde a turistas nacionais e cerca a 60% de turistas estrangeiros.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em 2012, os proveitos totais provenientes do turismo eram, pouco mais, de 40 milhões de euros.

Hoje, com os dados referentes ao 3º trimestre de 2017, esses mesmos proveitos já ultrapassaram os 73 milhões de euros.

Deputado André Bradford e Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Há apenas cerca de um ano atrás, em Agosto de 2016, o preço médio do leite pago ao produtor caía para 25.5 cêntimos, o valor mais baixo dos 5 anos antecedentes.

Em outubro deste ano, atingiu os 29.3 cêntimos, um crescimento superior a 10%.

Em 2012, o preço médio do peixe na primeira venda em lota, excluindo o atum, era de € 3,75/Kg.

Com os últimos dados disponíveis, referentes a outubro deste ano, esse valor é de €5.67, um crescimento superior a 50%.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em setembro de 2012, o Índice de venda a retalho de produtos alimentares, registava, em termos homólogos, uma redução de cerca de 8%.

Em setembro de 2017, o mesmo índice, com a mesma referência homóloga, cresce cerca de 6%.

Em 2012, a Região, com 30% de taxa potencial de cobertura de creches, estava abaixo do mínimo recomendável.

Em 2016, após um reforço de lugares em creches superior a meio milhar, estamos já bem acima dos valores de referência nessa taxa de cobertura, com 40 por cento.

Em 2012, a produção de riqueza na nossa Região caía, em termos homólogos, 3.5%.

Em 2016, a produção de riqueza na nossa Região, em termos homólogos, cresceu 2,1%.

Começa, pois, por ser disso que falamos, quando falamos de novo ciclo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal tínhamos razão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas tão ou mais importante do que esses elementos objectivos, mensuráveis e com relevância para a vida dos Açorianos, e que atestam, sem margem para qualquer dúvida, o começo de um novo ciclo de desenvolvimento e de progresso nos Açores, é saber como nos posicionamos face a essa realidade comprovada e indesmentível.

O que resulta destes três dias de debate é que alguns partidos da Oposição, contra todas as evidências, teimam em não descolar do ciclo velho.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A sua postura é a mesma de sempre:

Reclamar!

Reclamar hoje, quando o Governo poucos dias leva do início do segundo ano desta Legislatura, que todos os compromissos para 4 anos estejam já cumpridos.

Reclamar por um pouco mais nas áreas em que o Governo já prevê mais.

Reclamar um pouco menos nas áreas em que o Governo já consagrou menos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É o caso das passagens inter-ilhas em que há apenas dois anos o Governo operou a maior redução de sempre no custo das passagens aéreas com uma diminuição média de cerca de 20%.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: É o caso dos impostos em que, também há apenas dois anos, se deu uma redução de impostos que levou a que os Açorianos tenham hoje a carga fiscal mais baixa do País e, no caso do IVA, das taxas mais baixas de toda a União Europeia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas também alguns partidos da oposição parecem perdidos. Parecem desnorteados, contradizem-se. Derrotados nas eleições há pouco mais de um ano, querem agora, à força toda, implementar o seu projeto.

Acusam de excesso de Governo, mas propõem mais apoios do Governo, mais programas financiados pelo Governo. Querem a ruptura que a ausência de alternativas e a mera cópia de ideias e de propostas do Governo desmente cruamente.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

E o Governo?

Como se apresenta o Governo neste novo ciclo e nesta nova conjuntura?

A resposta é clara, inequívoca e está bem patente nestas propostas que as Senhoras e Senhores Deputados se preparam para votar.

Em primeiro lugar, apresenta-se com inconformismo.

Quero acreditar que todos nós estamos satisfeitos com esses indicadores, com essa progressão e com o facto dos Açores entrarem num novo ciclo de desenvolvimento e de progresso.

Mas a razão pela qual o Governo aqui está, a razão pela qual eu aqui estou, não é, nem essa constatação, nem essa satisfação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A razão pela qual estamos hoje aqui é, desde logo, porque sabemos, que, mesmo nestes indicadores que vos referi e noutros, há Açorianas e Açorianos que ainda aguardam respostas, há Açorianas e Açorianos que confiam no seu, no nosso Governo, para terem uma resposta que os ajude a ultrapassar problemas ou a vencer os desafios com que estão confrontados.

Seja na procura de um novo ou de um primeiro emprego, na procura de melhor rendimento para os nossos agricultores e pescadores, na realização de uma consulta médica ou de uma cirurgia, na abertura de uma vaga para um lar de idosos ou para uma creche, o Governo tem a consciência clara do que ainda falta fazer e está a trabalhar para concretizá-lo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O início, em 2018, da construção, em várias ilhas da Região, de mais de 100 fogos a rendas acessíveis destinados a contribuir para a satisfação das necessidades de habitação, desde logo, de casais jovens, é o resultado dessa consciência e desse trabalho.

A criação, na ilha de S. Miguel, nos próximos dois anos, de mais 100 vagas em lares de idosos, metade das quais deverão estar disponíveis já em 2018, é fruto dessa consciência e desse trabalho.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O alargamento do sistema do passe social às ilhas de S. Maria, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico e Flores, durante o 1.º trimestre de 2018, medida que permitirá reduzir o custo para as famílias da utilização do transporte coletivo público de passageiros nessas ilhas, é mais um exemplo dessa consciência e desse trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A criação de um Serviço de Proximidade e Acompanhamento das Explorações Leiteiras, que passa pela disponibilização de equipas multidisciplinares para acompanhamento no terreno das explorações leiteiras da

Região, designadamente, ao nível da gestão, sanidade e bem-estar animal, do melhoramento genético, da qualidade do leite, da qualidade e acondicionamento das silagens de milho e erva e do maneio animal e das pastagens, é também fruto dessa consciência e desse trabalho.

Mas quando o Governo fala e insiste na ideia de novo ciclo, não se limita a constatar a melhoria da generalidade dos indicadores.

Há uma leitura que nós fazemos e há uma consequência que retiramos.

A este novo ciclo corresponde, também e sobretudo, uma reorientação da intensidade das políticas, com um claro reforço da componente de transformação estrutural.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Um bom exemplo desse novo equilíbrio de políticas é a área do Emprego.

Passada uma fase que podemos considerar de verdadeira emergência, em que a prioridade das prioridades foi a criação e a manutenção de emprego, passamos a uma nova fase em que adicionámos, com importância crescente, uma prioridade mais estratégica e mais estrutural: a da qualidade do emprego.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: É nessa prioridade que se integram as decisões do Governo quanto à componente da estabilidade laboral, do combate à precariedade e da melhor remuneração do emprego criado na Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também na área dos transportes, em especial nos transportes marítimos, com a construção, que prevemos iniciar-se no próximo ano de um navio ferry destinado a funcionar durante todo o ano, e com capacidade, não só para transportar passageiros, mas também carga rodada.

A entrada em funcionamento desse navio potenciará uma alteração estrutural da nossa economia, no que a circuitos logísticos diz respeito, criando, aí assim,

aquilo que se pode chamar de um mercado interno açoriano, eliminando fatores de constrangimento e bloqueio e tendo o potencial para modificar, de forma muito significativa, quer as ligações Continente/Açores, quer inter-ilhas.

Mas também nas áreas sociais, com a implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a qual, para além de conter uma abordagem inédita no nosso País, constitui uma opção política clara, em primeiro lugar, de pegar de frente um problema que nós temos

...

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de privilegiar a abordagem estrutural de médio/prazo num dos desafios mais complexos que enfrentamos como Região e como Povo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas também na abordagem que trilhamos, e que queremos concretizar ainda mais no futuro, no domínio da Educação, da Ciência e, em geral, de qualificação da nossa sociedade e da nossa economia.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: O Programa PROSUCESSO, no que significa de transformação de uma realidade, o insucesso escolar, que não nos satisfaz e que tem nesse instrumento uma vontade transformadora de, com sustentabilidade, promover uma significativa melhoria, não só desse índice, mas, sobretudo, da forma como os jovens açorianos podem ter e aproveitar uma formação qualificadora.

Uma formação qualificadora que não se esgota ou limita apenas à sua componente mais formal, mas que possa constituir, ela própria, uma base mais alargada de integração e intervenção social e cívica, capitalizando e reforçando,

deste modo, o contributo generoso e altruísta que marca a participação da juventude na nossa sociedade.

Assim, o Governo dos Açores vai, já a partir do próximo ano, disponibilizar aos nossos jovens a Plataforma de Voluntariado Jovem, uma iniciativa desenvolvida em parceria com as instituições particulares de solidariedade social, e que visa aumentar a participação dos jovens em atividades de voluntariado, reforçando, também, a participação cívica da nossa juventude no desígnio comum de uns Açores mais coesos e mais solidários.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: A integração plena dos Açores nos projetos do Atlantic International Research Center, a sedear na ilha Terceira, ou do Observatório do Atlântico, a sedear na ilha do Faial, são, igualmente, dois exemplos de como este novo ciclo se pretende também realizar com a construção de novas oportunidades de desenvolvimento ...

Deputado Miguel Costa (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... alicerçadas no Conhecimento e na Inovação em matérias, como o Mar, o Clima, a Vulcanologia ou o Espaço, áreas em que a Região tem já uma posição que a cada dia se fortalece e consolida.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Mar constitui a este propósito uma área prioritária de atenção, pelo que o Governo dos Açores acompanha com particular minúcia e cuidado os desenvolvimentos da situação do IMAR.

Importa, talvez, deixar clara a perspectiva com que nós, numa matéria em que intervêm entidades externas ao Governo dos Açores, encaramos este assunto.

De entre as diversas vertentes deste assunto, - refiro a laboral e a orgânica -, aquela que mais nos preocupa é, exatamente, aquela que é estratégica e

estrutural: têm ou não os Açores uma instituição científica de credibilidade e prestígio internacionais que gere Conhecimento sobre o nosso principal ativo presente e futuro, o Mar, em geral, e o Mar profundo, em particular?

Dito de outra forma, preocupa-nos que a questão se possa reduzir a mais instituto ou menos instituto, quando o que, para nós, está verdadeiramente em causa é que Conhecimento é Poder e a Região não, pode, sob pretexto algum ou sob forma alguma, prescindir ou fazer perigar esse poder.

Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Toda a actuação do Governo dos Açores neste novo ciclo que a Região está a iniciar, está, de igual modo, subordinada a um requisito inalienável: o da exigência.

Exigência na nossa actuação, exigência nos nossos procedimentos e exigência nos nossos resultados.

E desta exigência, ninguém, absolutamente ninguém, está isento: do Presidente do Governo a qualquer funcionário público da categoria mais inicial de ingresso na administração, do Presidente de um Conselho de Administração de uma empresa pública a um qualquer colaborador do Governo, seja a que título for, ninguém está isento de uma exigência, desde logo, consigo próprio, naquilo que isso significa de ação previdente, proactiva, empenhada, competente e diligente.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Que em ninguém reste, pois, quaisquer dúvidas, quanto ao facto dessa ser condição essencial para sermos parte nesse combate pelos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Neste trajeto de recuperação económica e na melhoria, progressiva e constante, de diversos indicadores na nossa Região, reside a credibilidade deste Plano e deste Orçamento.

Com efeito, é também esta a leitura que fazemos dos resultados até aqui alcançados: da mesma forma que conseguimos, no passado recente, esses resultados, nos mais variados sectores da nossa vivência colectiva, este Plano e este Orçamento permitem-nos, com credibilidade e com rigor, ambicionar, realizar e concretizar no futuro as políticas, medidas e ações que o consolidem e ampliem em benefício das Açorianas e dos Açorianos.

Por isso mesmo, no debate que aqui nos reuniu durante três dias, o Governo empenhou-se em esclarecer propostas, clarificar estratégias, detalhar opções.

Esse trabalho, que esperamos esclarecedor, e que sabemos transparente, resulta, não só em benefício deste Parlamento, mas, sobretudo, em benefício dos Açores e dos Açorianos, pois define o caminho, o rumo, a estratégia a concretizar no próximo ano.

É, pois, com a consciência da importância do Plano de Investimentos e Orçamento da Região para 2018 para as Açorianas e Açorianos que concluímos este debate e que aguardamos a sua votação.

Com a consciência da dimensão da tarefa que temos pela frente.

Com a noção exata de que este novo ciclo não dispensa ninguém.

Não dispensa o contributo e o empenho de cada Açoriano, naquela que é uma missão que nos cabe a todos.

Estamos, pois, todos convocados para a construção de uns Açores cada vez melhores.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Terminámos assim os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas, para as votações do Plano e Orçamento para 2018.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à sessão:

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrição efetuada por Noélia Escobar

